ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 46 — Série VII — N.º 145
13 de Novembro de 1976

Preço: 5$00

DIÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português ★ Red. / Adm. - Av. Santos Dumont, 57 - 3.º – Tels. 76 97 05 - Telex - 13411 – Composição e Impressão - Heska Portuguesa - Distribuição –CDL, R. Pedro Nunes, 9-A Telef. 43537-40605-41787

DEFENDER E CONSOLIDAR A REVOLUÇÃO E ERGUER BEM ALTO A RUBRA BANDEIRA DO INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

Prosseguiram ontem os trabalhos do VIII Congresso do PCP. A acção dos comunistas na defesa e consolidação das conquistas da Revolução e o seu trabalho na edificação de uma economia ao serviço do povo português surgiu com a maior clareza em dezenas de intervenções. A assistência — delegados e convidados — saudaram entusiasticamente os discursos de numerosos delegados estrangeiros numa emocionante manifestação de solidariedade internacionalista que vincou fortemente o segundo dia do Congresso.

Balanço do segundo dia de trabalho

Camarada Octávio Pato, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central

Creio que um aspecto muito saliente da jornada de hoje do nosso Congresso é a extraordinária manifestação de internacionalismo proletário, de solidariedade com os partidos-irmãos, que é a expressão, o resultado prático da educação que o Comité Central do PCP tem procurado imprimir a todo o Partido, educando os seus militantes no verdadeiro espírito do internacionalismo proletário.

As manifestações a que hoje assistimos, designadamente no que respeita ao Chile, é algo que creio que ficará inesquecível na memória de todos. Foi, na verdade, um momento alto de solidariedade com o povo chileno e ao mesmo tempo para com todos os povos que vivem sob a opressão e a repressão.

Um outro aspecto que julgo ser de salientar em toda a sessão de hoje é que assistimos a intervenções em defesa da Reforma Agrária, a intervenções de camaradas de empresas nacionalizadas e doutras empresas que estão sob a gestão dos trabalhadores ou sob controlo operário, onde se nota que não se trata já apenas de lutar contra o capitalismo mas sim, também, de trabalhar para consolidar algumas das conquistas fundamentais da nossa revolução, para construir algo novo no nosso país.

As intervenções revelaram a consciência de que é necessário aumentar a produção, criar riquezas que são fruto do trabalho humano, para benefício dos trabalhadores e de todo o povo português.

Camarada António Gervásio, membro da Comissão Política do Comité Central

Esta sessão tem decorrido com grande calor, com grande espírito de combatividade.

A certa altura os trabalhos quase se transformaram em comício, mas isso também é natural, pois o nosso Partido, os nossos militantes têm profundos sentimentos de solidariedade para com os povos de todo o mundo e entusiasmaram-se com as intervenções das delegações estrangeiras. Os delegados, porém, aperceberam-se a tempo deste pormenor e a sessão retomou o seu curso normal.

Estas sessões são um acontecimento muito importante para a vida do nosso povo, para o prosseguimento da luta pelo reforço e consolidação da democracia e terão no país e no estrangeiro, certamente, uma repercussão muito grande entre as forças que em todo o mundo se batem pela paz e pelo socialismo.

Camarada Ângelo Veloso, membro do Comité Central e da DORN

Penso que esta sessão tem decorrido de uma forma impressionante, sobretudo pela sensibilidade política que os delegados ao Congresso revelaram na reacção às intervenções de alguns convidados estrangeiros. Refiro-me em particular ao problema do Chile, à intervenção do Vietnam, do PAIGC e mesmo de outras intervenções.

No decurso das próprias intervenções, como por exemplo a da RDA, é de salientar a consciência política e a sensibilidade com que o Congresso reagiu, muitas vezes com grande emoção. Penso, aliás, que este fenómeno se está a verificar em todo o Congresso.

Pode facilmente constatar-se que se está perante um Partido muito coeso, com uma consciência política muito desperta e uma extraordinária sensibilidade que eu filio numa intuição de classe.

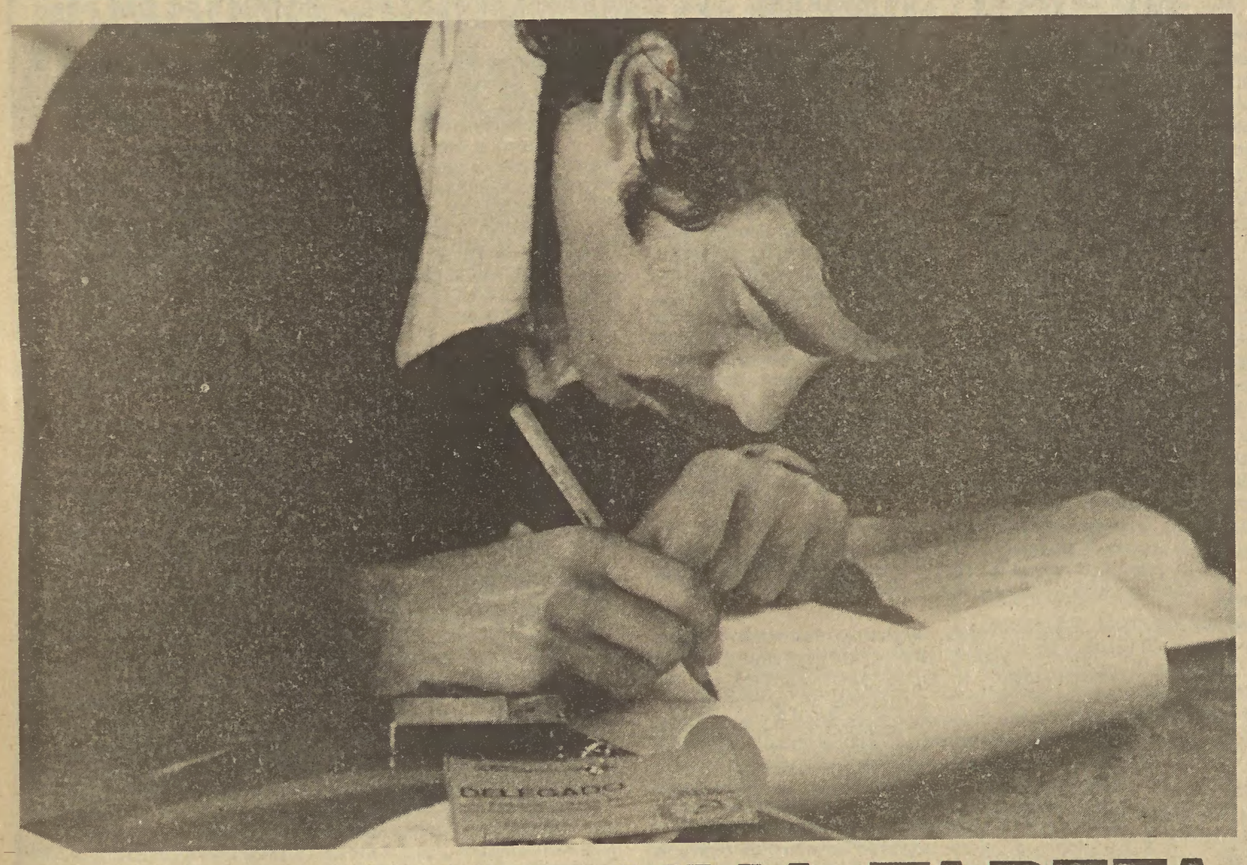
Com efeito, a maioria dos delegados são provenientes directamente da classe operária e penso que isso se reflecte de forma muito viva, muito proletária na forma como decorrem os trabalhos.

Aprender, aprender, aprender sempre

A frase de Lenine que é o lema da Editorial «Avante!» está presente no VIII Congresso. A banca da nossa editorial montada na FIL é, pelo trabalho dos camaradas que asseguram o seu funcionamento e pelo interesse que tem merecido aos delegados e convidados, um importante e significativo centro do VIII Congresso do PCP

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Um novo número especial do «Avante!» será publicado amanhã, Domingo, incluindo vasta reportagem fotográfica dos trabalhos do VIII Congresso.



DELEGADO: UMA TAREFA

Trazer ao Congresso as posições, o trabalho, o entusiasmo a determinação das organizações que as elegeram; levar até elas o relato fiel de uma jornada grandiosa e decisiva! Mil e duzentos camaradas delegados são, no dia a dia do nosso Congresso, a imagem fiel do Partido da verdade, da esperança e do futuro

COMUNICAÇÕES DO CC

Joaquim Gomes:
Os fundos do Partido

Dias Lourenço:
O «Avante!»

Jaime Serra:
As organizações populares

José Vitoriano:
Política de quadros

Aboim Inglês:
As relações internacionais

Ângelo Veloso:
Nacionalizações e controlo operário

com a Democracia para o Socialismo

8º CONGRESSO
11 a 14 NOV. 1976
LISBOA
PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

COMÍCIO

AMANHÃ ÀS 15 HORAS
NO CAMPO PEQUENO

ENCERRAMENTO DO 8.º CONGRESSO
COM
ÁLVARO CUNHAL
E AS SEGUINTES DELEGAÇÕES

PCUS — Partido Comunista da União Soviética
PTV — Partido dos Trabalhadores do Vietname
FRELIMO — Frente de Libertação de Moçambique
MPLA — Movimento Popular de Libertação de Angola

INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO
– nota dominante nas sessões de ontem do Congresso

O camarada Carlos Costa, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central abriu a sessão da manhã de ontem, anunciando para intervir em primeiro lugar a camarada Maria Celeste Mesquita, da função pública de Lisboa.

Esta camarada subiu à tribuna onde leu a sua intervenção, destacando aspectos do trabalho sindical, referindo-se à política de direita de Magalhães Mota e de Tomás Rosa e sublinhando o repúdio total que tem merecido a política dos ministros Cardia e Marcelo Curto.

Seguidamente o camarada Rodrigo Henriques, operário vidreiro da Marinha Grande leu a sua intervenção em que era feita referência à ampla discussão das teses, quer em reuniões de célula quer em assembleias de sector, tendo, da discussão à volta delas, resultado algumas propostas de emendas e, na generalidade, a aprovação das mesmas teses.

Depois de recordar as grandes tradições de luta da classe operária e dos trabalhadores da Marinha Grande, acentuou o orgulho desses operários por pertencerem, desde os tempos da clandestinidade, à Central Única dos Trabalhadores Portugueses — a Intersindical.

Revelou ainda que o movimento popular tem sido bastante dinamizado, como comprova a existência de quarenta e duas Comissões de Trabalhadores no concelho da Marinha Grande.

O delegado da Comissão Distrital de Faro, camarada José de Sousa Rocha salientou os problemas com que os trabalhadores do Algarve se debatem. o elevado número de desempregados de alguns sectores, como a construção civil e o turismo,e a ausência de medidas adequadas por parte das entidades governativas competentes. Também os graves problemas da agricultura algarvia foram objecto de intervenção do camarada.

A VITÓRIA É DIFÍCIL MAS É NOSSA

José Manuel Aranha Figueiredo, delegado da Setenave subiu à tribuna e traçou resumidamente o historial da empresa e as lutas desenvolvidas pelos trabalhadores, as influências esquerdistas que durante bastante tempo arrastaram alguns sectores dos trabalhadores da empresa, salientando algumas das razões da existência desse fenómeno e a posterior consolidação de uma linha justa a que a grande maioria dos trabalhadores veio a aderir.

«A solidariedade com a Reforma Agrária — disse mais adiante o nosso camarada — **materializou-se na compra de maquinaria agrícola com destino aos heróicos trabalhadores alentejanos.** Vibrantemente aclamado, o camarada finalizou: **O balanço de todo o trabalho já realizado pelo nosso Partido na Setenave dá-nos a determinação e confiança para a continuação da luta; na certeza que a vitória é difícil, mas é nossa.»**

O discurso do camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política do Comité Central do nosso Partido, que publicamos na íntegra noutro local, e que foi calorosamente aplaudido em várias passagens, focou o trabalho e a importância dos organismos unitários de base e ainda salientou alguns dos aspectos, positivos e negativos da acção do MFA durante o processo revolucionário português; entre os primeiros contou o apoio e incentivo dado a iniciativas populares; entre os aspectos negativos mencionou a tendência que a dado passo se verificou para o controlo das estruturas populares.

O camarada Lídio Vales, delegado pelo sector da emigração leu a sua comunicação ao Congresso, ouvida atentamente por todos os delegados e convidados presentes. Focando os problemas dos trabalhadores emigrados disse a certa altura:

Centenas de milhares de portugueses, a quem objectivamente o sistema fascista retirou o direito elementar de trabalhar e viver com os seus no seu país, são agora presa apetecida da desinformação reaccionária, das forças políticas e do imperialismo que sempre os exploraram.

Carlos Alberto Rosado falou sobre os problemas do sector automóvel. Operário metalúrgico, aquele delegado referiu-se à dependência do imperialismo a que o ramo da construção automóvel está sujeito, no que diz respeito a matérias-primas. Abordou algumas medidas propostas para aumentar a rentabilidade do sector e acabar com a dependência e referiu-se aos projectos de reconversão, dando exemplos elucidativos de até onde se pode ir com a perseverança dos trabalhadores. Os exemplos que deu sobre as vitórias já alcançadas pelos trabalhadores no domínio da reconversão encontraram da parte dos delegados e convidados um aplauso vibrante.

Coube a vez ao delegado Manuel de Sousa Moreira de apresentar ao Congresso a sua intervenção. Sublinhou que, **ao contrário do que pensam e dizem os partidos reaccionários, nós, camponeses do Norte, não estamos com eles e dia a dia cresce o número daqueles que se levantam na defesa dos seus interesses e vêem com os seus próprios olhos quem os defende e quem os explora.**

O camarada Manuel de Sousa Moreira, que é membro da Comissão para o Trabalho Camponês da DORN, aludiu às dificuldades da luta, denunciou as violências e o anticomunismo dos senhorios ricos e também a importância do papel dos comunistas na defesa da legalidade e dos interesses dos trabalhadores do campo do Norte do país.

FRATERNIDADE INTERNACIONALISTA

Seguidamente o camarada Basil Bilak secretário do CC do Partido Comunista Checoslovaco foi anunciado e saudado vibrantemente, de pé, por todo o Congresso. Publicaremos também a sua intervenção noutro local. Depois de apresentar as saudações do seu Partido, o camarada aludiria ao apreço dos comunistas checoslovacos pela luta do nosso Partido e do nosso povo. Entregou uma medalha expressando ao PCP os sentimentos internacionalistas que ligam ambos os partidos.

Também as palavras da camarada Mireille Bertrand membro do bureau político do CC do PCF publicaremos hoje. Tecendo considerações sobre a crise capitalista que se abate sobre a França e o desenvolvimento das lutas da classe operária e das forças democráticas daquele país, a camarada salientou os aspectos da solidariedade que ligam os dois partidos irmãos, terminando a sua intervenção aplaudida pelos presentes.

O intervalo da sessão permitiu aos delegados e convidados trocarem impressões sobre o decorrer do Congresso e dirigirem-se ao bar, onde os serviços asseguram durante os dias de Congresso a venda de café e de refrescos e ainda o serviço de almoços.

Depois do intervalo, o primeiro camarada a usar da palavra foi o camarada Francisco Miguel, do Comité Central do PCP, cujo Relatório da Comissão de Verificação de Mandatos será também publicado na íntegra. Particularmente saudados foram os números que o camarada apresentou sobre o aumento dos jovens nas fileiras do Partido.

Momento alto foi também o da intervenção do camarada António Murteira, pela DORA que sublinhou : **Sem o trabalho dos comunistas não teria sido possível realizar tal tarefa**, referindo-se às **450 unidades colectivas de produção, onde foram abolidas as relações de produção capitalistas e estabelecidas novas relações que apontam claramente para o socialismo.**

Recordando o que foi o processo que iniciou na prática a Reforma Agrária, o camarada continuou:

A Direcção da Organização Regional do Alentejo, do PCP, convoca e organiza a 1.ª Conferência dos Trabalhadores Agrícolas do Sul, em Évora, no dia 9 de Fevereiro de 1975.

Trinta mil proletários agrícolas concentram-se na Horta do Bispo. Depois de um dia inteiro de debate, durante a intervenção final de Álvaro Cunhal, a palavra de ordem «A Terra a Quem a Trabalha» ecoa com firmeza e emoção, nos campos do Alentejo, por mais de 10 minutos. A 1.ª Grande Conferência havia considerado que estavam criadas as condições e havia que avançar — avançou-se e avançou-se bem.

E diria ainda a finalizar:

Os trabalhadores do campo fizeram mais nestes dois anos de Reforma Agrária que os latifundiários nos 50 anos de fascismo. A Reforma Agrária não pode voltar atrás. A sua defesa, a sua consolidação e avanço depende muito do reforço do nosso trabalho, ainda maior ligação às massas e da nossa acção em todas as frentes de luta na defesa da Revolução democrática portuguesa.

Foi a vez de António Gaspar, membro do Sindicato Agrícola de Portalegre, apresentar uma moção que considera a Reforma Agrária uma das maiores, senão a maior das conquistas da nossa revolução, e que alerta os trabalhadores em relação às manobras reaccionárias movidas contra as Comissões de Trabalhadores e Sindicatos.

António Azenha foi entretanto o camarada delegado que subiu à tribuna para se referir à importância das Ligas de pequenos agricultores e rendeiros. Afirmou a dado passo:

A Liga foi o cimento que juntou as forças dos agricultores em todas as lutas e tanto assim que sem ela seria impossível termos as vitórias que já tivemos. A Liga foi a nossa arma para muitas batalhas e em cada uma que vencemos ou perdemos fomos vendo quem estava do nosso lado e quem eram os nossos inimigos. E não é muito difícil descobri-los. O que é mais difícil é libertarmo-nos deles.

E concluiria:

A actividade do nosso Partido nesta região tem estado voltada fundamentalmente para os problemas dos agricultores e para os seus movimentos de massas. Isto reflecte-se até na própria composição do «Povo Unido», com muitos agricultores dirigentes do movimento camponês. Pensamos que em todas as zonas rurais, a tarefa principal do nosso Partido e dos nossos camaradas deve ser ajudar à organização unitária e de massas dos pequenos e médios agricultores (...). Disso dependerá muito o futuro da nossa revolução.

O camarada Joaquim Gomes, do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central apresentou, sob os aplausos dos delegados e convidados as contas do Partido. A intervenção é publicada na íntegra, sendo de sublinhar a aclamação que saudou a intenção aí expressa pelo camarada em se regularizar as cotizações, em angariar mais fundos e em conseguir uma nova sede central do PCP.

A intervenção muito aplaudida do camarada representante do Partido Socialista Operário Húngaro, Delso Nemes, é também apresentada noutro local do «Avante!». Este camarada ofereceu ao Comité Central uma mortos em 1919, emocionando os presentes.

E chegou-se ao fim da sessão da manhã desse dia. O último interveniente, que a encerrou, foi o camarada Carlos Rocha, do MPLA. Durante longos minutos todos se levantaram e um grandioso coro de vozes soando ao diapasão da solidariedade internacionalista saudou o MPLA. **A luta continua! A vitória é certa!**, gritaram todos, no final do discurso do camarada que também publicamos na íntegra.

Homens e mulheres que trabalham a terra e o aço, que labutam por colheitas mais fartas e constróiem máquinas e bens, trabalhadores do comércio, dos escritórios, dos bancos, das escolas, dos hospitais, vanguarda do povo trabalhador, numa palavra, os 1200 delegados ao Congresso do nosso Partido continuaram participando exemplarmente nas sessões de trabalho da tarde de ontem, vivendo momentos de intensa emoção. O relatar das experiências de trabalho do nosso Partido, na sua luta contra as forças da contra-revolução, por uma implantação cada vez mais enraizada nas massas populares, iniciou-se com a intervenção do jovem camarada Henrique Pacheco das Neves, da União da Juventude Comunista do Norte e Beiras, a primeira da sessão da tarde presidida pelo camarada Sérgio Vilarigues do Secretariado da Comissão Política.

Referindo-as às particularidades do trabalho da juventude nestas regiões, o camarada Henrique das Neves acentuou as condições difíceis causadas pelo domínio do caciquismo e a importância do trabalho unitário como factor de larga mobilização. Apesar da adversidade da situação, por acção esforçada do Secretariado da Juventude, em Braga, Guimarães, Famalicão, Coimbra, Castelo Branco e Viana, organizam-se as massas juvenis e cresce a sua participação no plano sindical e nas escolas. A preparação do Encontro da Juventude Trabalhadora reveste-se de particular importância para a mobilização dos jovens na luta pela resolução dos seus problemas, nomeadamente de trabalho e estudo. A fraca organização da Juventude trabalhadora em Vila Real, Bragança e Viseu, fruto das condições políticas e do domínio dos sectores antidemocráticos nessas regiões, será ultrapassado mediante um reforço ainda maior da UJC e do estreitamento entre a organização do Partido e a UJC e desta com a UEC. Pela voz do camarada Henrique Neves foi afirmado inequivocamente ao Congresso que «a UJC se transformará num forte destacamento da juventude trabalhadora».

Logo que foi anunciada a intervenção do camarada Dias Lourenço da Comissão Política do Comité Central, director do «Avante!», o Congresso rompeu num grito uníssono «Avante! Avante!». Este grito seria repetido em vários momentos da alocução do camarada Dias Lourenço que historiou o papel de primeira importância do «Avante!» durante mais de 40 anos de clandestinidade sempre redigido e impresso no interior do país e a sua acção na legalidade, ao serviço da informação, propaganda e acção ideológica do Partido, a sua acção de esclarecimento e combate ideológico no panorama da imprensa nacional fortemente dominada pela reacção. O camarada Dias Lourenço sublinhou a importância do reforço conjugado entre a redacção do «Avante!» e a organização do Partido, no sentido do «Avante!» se tornar ainda mais uma bússola revolucionária no combate do povo português rumo ao socialismo.

A intervenção do camarada Ângelo Veloso, membro do CC e da Direcção da Organização Regional do Norte, sobre as nacionalizações e controlo operário teve um forte impacto no Congresso, prova evidente da maturidade política dos delegados e da sua disposição em defender intransigentemente uma das mais importantes conquistas da revolução. A crítica do camarada Ângelo Veloso, quer às posições do PPD, quer de certos dirigentes do PS, quer ainda a alguns esquerdistas, favoráveis ao combate contra-revolucionário contra as nacionalizações e controlo operário, teve como resposta do Congresso um momento de grande entusiasmo.

A particular importância da cooperação entre os dois países e a unidade entre os dois partidos irmãos, unidos no mesmo objectivo de construção do socialismo foi a tónica dominante da intervenção do camarada Josef Tejchma, membro da Comisão Política do Partido Operário Unificado Polaco, calorosamente aplaudido pelo Congresso. A oferta do camarada J. Tejchma ao Congresso do símbolo da luta do povo polaco contra o fascismo, pela liberdade e independência da Polónia foi sublinhada com fortes aplausos.

HINO À RESISTÊNCIA ANTIFASCISTA E À LIBERTAÇÃO DOS POVOS

Sucederia então um dos momentos de maior vibração do Congresso, quando o camarada Orlando Millas, membro da Comissão Política do Partido Comunista do Chile se preparou para usar da palavra. Durante mais de dez minutos, o Congresso clamou a sua profunda e comovida solidariedade com o povo martirizado do Chile, gritando «O Chile Vencerá», «O povo Unido Jamais será Vencido» e entoando a histórica canção «Venceremos» hino da esperança — certeza do povo chileno, dos povos da América Latina ainda oprimidos e de todos os povos em luta contra o imperialismo. «Liberdade para Luis Corvallan», foi um brado que fez correr lágrimas em muitos rostos assim como a resposta plena do Congresso, clamando «Salvador Allende!» «Presente, Agora e Sempre!», «Pablo Neruda! Presente! Agora e Sempre!» Uma moção de homenagem às vítimas do fascismo em todo o mundo, à luta do povo do Chile, do Uruguay, Brasil, Paraguai, Espanha e de todos os povos na batalha pela libertação, revelada num momento de impressionante silêncio constituiu um hino de solidariedade à resistência antifascista na qual o nosso povo, sob a direcção do PCP, foi duramente provado.

Depois de um curto intervalo, usou da palavra o camarada Vital Moreira, deputado pelo nosso Partido à Assembleia da República e membro do Secretariado do Grupo Parlamentar, que analisou as tarefas dos deputados comunistas numa intervenção longamente aplaudida. Referindo o papel do nosso Partido como dos mais firmes defensores do regime democrático parlamentar, o camarada Vital Moreira acentuou como os camaradas comunistas representam não uma simples soma de votos, mas constituem um exemplo da grande força revolucionária expressão política organizada da classe operária e do povo trabalhador, o PCP.

O camarada Leonel Carvalho de Mendonça, da DORIA, Direcção da Organização Regional das Ilhas Adjacentes, falou sobre as dificuldades da luta do nosso Partido nos Açores e Madeira, regiões autónomas onde o Governo PPD quase se confunde com a reacção separatista e apontou caminhos para recuperar e ultrapassar os obstáculos, criados pela contra-revolução às actividades do Partido, para melhorar a organização nas regiões onde esta é mais débil. O calor do Congresso foi uma resposta de estímulo à luta agreste dos camaradas da DORIA.

O camrada Horácio Rufino, membro da Comissão Central e do Executivo da UJC e membro do Comité Central, abordou aspectos da luta da juventude e os seus progressos, revelando posições conquistadas pela organização juvenil nas empresas, sindicatos, escolas, ao nível profissional e na actividade local através do trabalho e o nascer de uma nova consciência perante o trabalho e o estudo. Saudado por gritos pelo slogan «UEC/UJC/PCP», o camarada Rufino foi entusiasticamente aplaudido.

Viver-se-iam depois longos momentos de manifestação profunda da força do internacionalismo proletário, tronco comum onde colhem grande parte das suas forças os povos em combate pelo socialismo. A intervenção do camarada Nguem Hin Khien, do Partido do Trabalho do Vietnam e embaixador na URSS foi acolhida com gritos de «Vitória!» Intensamente emocionado com a oferta do estilhaço de um avião americano abatido nos últimos meses da resistência do povo vietnamita. O Congresso saudou, entoando o nome «Ho Chi Min», fundador e dirigente do Partido dos Trabalhadores do Vietnam, o povo heróico do Vietnam, empenhado na reconstrução da pátria após a derrota do imperialismo.

Representado pelo camarada Heinz Lang, membro da Presidência e Secretário da Organização Distrital de Rheinland Westefalia, o Partido Comunista Alemão, ao qual desde sempre nos uniram profundos laços de solidariedade, foi saudado vibrantemente. Caloroso acolhimento teve ainda, o camarada Giancarlo Pajeta, membro da Comissão Política do Partido Comunista Italiano.

«Brasil Vencerá!» foi o clamor profundamente sentido pelo Congresso à mensagem que o grande lutador da classe operária, Luis Carlos Prestes, Secretário-Geral do Partido Comunista Brasileiro, enviou ao Congresso a qual, por motivo da negra repressão da ditadura militar fascista que oprime o Brasil, não pode ser lida pelo camarada do PCB, presente no nosso Congresso, e foi transmitida por um camarada português.

Seria então mais um dos momentos de maior comoção do Congresso ao usar da palavra o camarada Vasco Cabral, do Partido AFricano da Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC) membro do Conselho Superior da Luta e Comissário do Povo para o Planeamento Económico. A afirmação da ligação constante entre a luta dos movimentos de libertação africanos contra o colonialismo português e luta do povo português contra o fascismo, conduzida pelo nosso Partido, ligação que se mantém e estreita nas novas condições de independência e reconstrução nacional, fez levantar o Congresso que Vasco Cabral, sufocadas as suas palavras por vibrantes manifestações de solidariedade, caracterizada pelo «Congresso da Esperança e da Confiança no Futuro».

FIDELIDADE AOS NOSSOS PRINCIPIOS

A última sessão de trabalhos de ontem foi presidida pelo camarada Jaime Serra. A primeira intervenção esteve a cargo do camarada José Albino Mesquita, médio agricultor de Vila Nova de Foz Côa e membro da Organização Distrital da Guarda do nosso Partido.

Na sua intervenção, aquele camarada falou de alguns problemas que afectam aqueles que «vivem do amanho da terra», transmitindo algumas das suas principais aspirações, sobretudo nos domínios da Previdência e Saúde, da produção e do apoio técnico e financeiro.

Lembrou a falta de regalias sociais dos pequenos e médios agricultores, a carência de «ajudas na velhice prematura», e a inépcia dos organismos de previdência rural «que, na sua maioria, ainda trabalham como nos tempos antigos». Por isso, chamou a atenção para a necessidade de organização dos agricultores, da integração da previdência rural nas Caixas de Previdência, e da concessão de abono de família e melhores reformas.

Realçou ainda as dificuldades

RELATÓRIO DA COMISSÃO DE MANDATOS

O Relatório da Comissão de Mandatos foi apresentado ao Congresso pelo camarada Francisco Miguel. Eis as suas palavras:

Camaradas

A Comissão de Mandatos, eleita pelo VIII Congresso do Partido Comunista Português, no dia 11 de Novembro de 1976, apresenta-vos as conclusões a que chegou depois de ter analisado as actas das reuniões efectuadas para a eleição dos delegados e os mandatos destes.

A Comissão analisou e ratificou os mandatos de 1282 delegados, que tantos são os que estão presentes neste Congresso. Destes, *1129, ou seja 88%*, foram eleitos em centenas de assembleias com a participação de dezenas de milhares de comunistas. Tomemos apenas alguns exemplos: na DORA efectuaram-se 156 grandes assembleias, em que participaram 5916 comunistas que elegeram os seus 181 delegados; na DORN, 4387 comunistas participaram em 118 assembleias que elegeram 162 delegados; na DORS, 6572 comunistas elegeram os seus 168 delegados em 168 assembleias.

Dos 1282 delegados a este Congresso, 507 são operários industriais e 115 operários agrícolas, o que significa que estão presentes neste VIII Congresso *622 operários* correspondendo a 48,5% dos delegados.

O Partido Comunista Português é bem o partido da classe operária. Mas ele é também o partido dos trabalhadores. Estão neste Congresso *336 empregados. Os operários e empregados representam 75% dos delegados.* Representados também aqui os *intelectuais e técnicos, em número de 240, correspondendo a 19% dos delegados.*

Outros sectores sociais e profissionais estão também representados neste Congresso, designadamente os *camponeses*.

A Revolução não se pode realizar sem as mulheres, nossas companheiras nos sofrimentos e nas canseiras, nas lutas do dia-a-dia, no combate pela paz, pela democracia e pelo socialismo. As *mulheres* estão representadas neste VIII Congresso por *mais de uma centena de delegados*, correspondendo a *cerca de 10% dos congressistas*.

Mas se o Portugal democrático a caminho do socialismo não se constrói sem as mulheres, também se não constuirá sem a juventude. E nós somos um Partido jovem. Neste Congresso *529 delegados*, ou seja *41% dos congressistas têm menos de 30 anos e 26 delegados têm menos de 20 anos*. Assim, o entusiasmo e ardor da juventude vem juntar-se à experiência dos mais velhos, pois neste Congresso temos *634 delegados dos 30 aos 50 anos* e 119 com mais *de 50 anos*.

Tal é, camaradas, a composição social, etária e por sexo deste VIII Congresso do nosso Partido. Essa composição é satisfatória, é uma imagem viva do partido da classe operária e dos trabalhadores portugueses, do partido da juventude, da esperança e do futuro.

Verificada a regularidade da situação dos delegados, a Comissão de Mandatos não vê qualquer obstáculo ao prosseguimento dos trabalhos do VIII Congresso do Partido Comunista Português.

MOÇÃO SOBRE A REFORMA AGRÁRIA

A Reforma Agrária é uma da maiores conquistas, senão a maior, da Revolução Portuguesa. É uma realização histórica dos trabalhadores alentejanos e ribatejanos organizados nos seus Sindicatos e sob a direcção do seu partido, o Partido Comunista Português.

Se o proletariado rural do Sul, em aliança com pequenos e médios agricultores, não tivesse ocupado as terras dos latifundiários, hoje não haveria Reforma Agrária, não teria sido destruído o poder dos latifundiários, hoje haveria o desemprego, a miséria e a fome nos campos do Sul — nesses campos que nas mãos dos trabalhadores, produziram este ano as maiores colheitas de sempre.

Um quinto da superfície agrícola do País foi libertado da exploração dos grandes agrários pelo proletariado rural que ali dinamiza, dirige, organiza e promove de facto o desenvolvimento desse importante sector da economia nacional.

É por isso que, no quadro das transformações profundas operadas nas estruturas económicas, a Reforma Agrária imprime ao processo revolucionário uma dinâmica não capitalista, numa clara perspectiva do socialismo.

É nesta perspectiva que os trabalhadores agrícolas e o seu Partido, o PCP, estão firmemente dispostos a defender, consolidar e fazer avançar a grande conquista da Revolução que é a Reforma Agrária.

1. Considerando que a actual ofensiva contra a Reforma Agrária tem como primeiro objectivo a recuperação de terras pelos agrários, o VIII Congresso do PCP exige que se ponha fim às desocupações abusivas e contrárias à Lei. E exige que o direito de reserva só seja atribuído depois de todos os latifúndios estarem expropriados, desde que a reserva não prejudique a viabilidade económica e social das Unidades Colectivas, e seja definida com a participação dos trabalhadores.
2. Considerando que o segundo objectivo da ofensiva contra a Reforma Agrária é a desagregação e desintegração das Unidades Colectivas de Produção, o VIII Congresso do PCP apela ao reforço da unidade e da vigilância dos trabalhadores contra as manobras divisionistas e desagregadoras da direita e dos esquerdistas. E apela para o reforço da organização interna e da vida democrática das Unidades Colectivas e para o estabelecimento e consolidação de formas de coordenação entre elas.
3. Considerando que o terceiro objectivo da ofensiva contra a Reforma Agrária é o estrangulamento das cooperativas e Unidades Colectivas por escassez e recusa dos meios financeiros indispensáveis, o VIII Congresso do PCP exige uma política de crédito agrícola e apoio técnico, bem como o fornecimento dos produtos necessários à agricultura (sementes seleccionadas, adubos, rações, etc.) em tempo oportuno e em condições favoráveis às Unidades Colectivas, cooperativas e pequenos e médios agricultores. E exige também a criação de circuitos de comercialização que garantam o escoamento dos produtos e anulem a acção especulativa dos grandes intermediários.
4. Considerando que o quarto objectivo da ofensiva contra a Reforma Agrária é impedir o seu prosseguimento mesmo na zona de intervenção, e não permitir o alargamento a novas regiões, o VIII Congresso do PCP exige que a Lei da Reforma Agrária seja aplicada em todo o território do Sul expropriando os latifúndios e que não sejam alterados os critérios de pontuação.
5. Considerando que o quinto objectivo da actual ofensiva contra a Reforma Agrária é desviá-la para uma perspectiva capitalista, o VIII Congresso do PCP alerta os trabalhadores rurais para as manobras que se estão a tramar no sentido de fomentar as desanexações, as reivindicações irrealistas, as campanhas dirigidas contra as comissões de trabalhadores e os sindicatos. A Reforma Agrária só pode consolidar-se e avançar com os trabalhadores e com as suas organizações de classe. Nunca contra os trabalhadores, contra os seus sindicatos e contra o seu Partido.

A Reforma Agrária é uma realização revolucionária do proletariado rural do Sul. Esta conquista da Revolução foi realizada com o PCP, é defendida e consolidada com o PCP e só com o PCP avançará na perspectiva do Socialismo.

(Moção lida pelo camarada Gaspar dos Ramos, dirigente do Sindicato Agrícola de Portalegre)

encontradas pelos militantes do Partido naquele distrito criadas pelos «caciques e reaccionários».

O problema das relações internacionais do nosso Partido foi, em seguida, analisado pelo camarada Carlos Aboim Inglês, membro do Comité Central.

O camarada Aboim Inglês definiu os princípios que regem a actividade do nosso Partido, não só como destacamento do movimento comunista internacional mas nas suas relações com os povos de todo o mundo: fidelidade ao marxismo-leninismo, ao internacionalismo proletário e à causa de libertação de todos os povos explorados e oprimidos do mundo.

Seguidamente, em representação da Direcção da Organização Regional de Setúbal (DORS), usou da palavra a camarada Dália Ferreira. Na sua intervenção, a camarada da DORS referiu o trabalho preparatório realizado no âmbito da DORS com vista ao VIII Congresso.

A camarada Dália Ferreira referiu ainda muito particularmente a vitalidade do movimento popular no distrito e do trabalho unitário que se tem vindo a desenvolver e a reforçar, actividade traduzida num grande trabalho de massas no âmbito da Frente Eleitoral Povo Unido.

Ao camarada José Vitoriano, membro da Comissão Política do CC do nosso Partido, coube a última intervenção de delegados portugueses na sessão de ontem. O camarada José Vitoriano analisou o problema dos quadros, problema de vital importância para o desenvolvimento do nosso Partido.

A PRESENÇA DE CUBA REVOLUCIONÁRIA

Os dois primeiros dias de trabalho do VIII Congresso do Partido têm sido dominados pelas sucessivas demonstrações do carácter internacionalista por parte do órgão máximo do PCP. O entusiasmo e o carinho com que têm vindo a ser recebidos os delegados dos partidos irmãos constituem a mais clara demonstração de que o Partido Comunista Português educa os seus militantes no espírito da fidelidade sem limites ao internacionalismo proletário e bem assim a prova de que, apesar de não lhe ter sido possível até este VIII Congresso convidar os partidos irmãos para estarem presentes, os comunistas portugueses têm em alto apreço e estima a solidariedade militante dos nossos camaradas de todo o mundo.

Por isso, também a sessão final de ontem foi mais uma vibrante jornada internacionalista, que se vem juntar às precedentes. E, estamos certos, prosseguirão hoje e amanhã.

Quando o camarada Jaime Serra anunciou a intervenção do representante do Partido Comunista de Cuba, os milhares de presentes, de pé e punhos levantados, saudaram durante largos momentos a Ilha da Liberdade, a Cuba revolucionária, bastião do Socialismo no continente americano.

Depois, quando dificilmente os milhares de vozes se silenciaram, o camarada António Perez Herrera, membro do Secretariado do CC do PC de Cuba, proferiu a sua intervenção, constantemente interrompida pelos aplausos calorosos da multidão.

No final da sua intervenção, o camarada Herrera, em nome do Comité Central do Partido Comunista de Cuba, ofereceu ao Comité Central do nosso Partido, por intermédio do camarada Álvaro Cunhal, a bandeira vermelha do PCC. Momento alto da sessão, que se prolongou por longos momentos, com os milhares de delegados e convidados aplaudindo a amizade fraternal entre o PCC e o PCP.

A MESMA LUTA QUE OS POVOS DAS EX-COLÓNIAS

Logo de seguida, novo momento de solidariedade militante e de amizade fraternal entre os destacamentos do movimento comunista internacional registou-se quando o camarada Nicos Kalunis, primeiro-secretário do CC do Partido Comunista Grego, se dirigiu à tribuna vermelha do nosso Congresso e aí dirigiu uma saudação a todos os comunistas e ao povo do nosso país. Também o camarada Kalunis foi portador, em nome do Comité Central do Partido Comunista Grego, de uma lembrança ao nosso Congresso — um vaso grego — que entregou ao camarada secretário-geral, enquanto todos os presentes saudavam entusiasticamente a amizade entre os dois partidos e os dois povos.

A sessão de ontem encerrou com uma intervenção que comprova bem os estreitos laços que sempre existiram entre os comunistas portugueses e os movimentos de libertação e os povos das ex-colónias.

O camarada Fonseca Veloso, membro do Comité de Zona do Movimento de Libertação de S. Tomé e Príncipe (MLSTP), foi o último representante dos movimentos de libertação das ex-colónias a usar da palavra na tribuna do Congresso. Mas, tal como aconteceu com os representantes da FRELIMO, do MPLA e do PAIGC, a forma entusiástica como foi recebido demonstra bem que os comunistas portugueses são os aliados naturais das vanguardas revolucionárias dos povos da República da Guiné-Bissau e Cabo Verde, da República Popular de Angola, da República Popular de Moçambique e da República Democrática de S. Tomé e Príncipe.

COMÍCIO VIBRANTE EM ALHANDRA

Entusiasmo e vibração caracterizaram o comício realizado ontem em Alhandra, integrado na realização do VIII Congresso. Estiveram presentes e usaram da palavra, calorosamente saudados pela multidão, os representantes dos partidos irmãos da Roménia, Áustria, Sri Lanka, Berlim-Oeste, Noruega, Finlândia, Irlanda, Checoslováquia, do PAIGC e o Partido Al-Bath do Iraque. Encerrou o comício o camarada Dias Lourenço.

«O POVO DO CHILE NÃO ESQUECERÁ ESTA EMOCIONANTE MANIFESTAÇÃO»

«Estamos certos de que o povo do Chile não esquecerá na sua dura luta à manifestação tão emocionante e de tão alto valor como esta que se registou no VIII Congresso do Partido Comunista Português» — dir-nos-ia ainda visivelmente comovido o camarada Orlando Millas, membro do «bureau político» do CC do Partido Comunista do Chile, após a vibrante jornada de solidariedade militante dos comunistas portugueses para com os seus camaradas e todo o povo chileno, ocorrida na tarde de ontem.

Durante algumas dezenas de minutos, o pavilhão onde decorre o nosso VIII Congresso transformou-se numa imensa tribuna onde se provou, uma vez mais, todo o vigor do internacionalismo proletário. Muitos milhares de vozes exprimiram colectivamente, como se fosse uma só, a posição dos comunistas portugueses quanto à situação no Chile: fim da ditadura terrorista de Pinochet, libertação de todos os presos políticos e, particularmente, do camarada Luís Corvalan, glória a todos os que tombaram varados pelas balas assassinas que o imperialismo fornece aos fascistas chilenos.

Orlando Millas, na tribuna, corresponde às entusiásticas saudações de solidariedade do VIII Congresso

«Todo o Congresso expressa — acrescentou ainda o camarada Orlando Millas na sua declaração ao «Avante!» — o que é o Partido Comunista Português: um grande partido, autenticamente leninista, profundamente internacionalista. Para os comunistas chilenos, é uma grande responsabilidade esta demonstração de solidariedade».

«Os nossos companheiros estão, toda a classe operária e as forças democráticas do Chile lutam para se unirem contra o fascismo. Para nós, é uma lição muito grande e muito importante a forma como o Partido Comunista Português enfrentou o fascismo» — concluiu o camarada Orlando Millas.

OS ORGANISMOS DO CONGRESSO

• Secretariado do Congresso

Octácio Pato, Fernando Blanqui Teixeira, Aurélio Santos, Manuel Pedro, Marília Vilaverde Cabral, Helena Costa.

• Comissão de verificação de mandatos

António Dias Lourenço, Jaime Serra, Francisco Miguel, Álvaro Mateus.

• Comissão eleitoral

Sérgio Vilarigues, Joaquim Gomes, António Gervásio, Carlos Costa, Fernando Blanqui Teixeira.

• Comissão de redacção

Carlos Brito, Ângelo Veloso, Carlos Aboim Inglês, Margarida Tengarrinha, Victor Dias, Fernando Vicente, Joaquim Gorjão Duarte.

•

A MESA DE PRESIDÊNCIA

Álvaro Cunhal, Sérgio Vilarigues, Octávio Pato, Joaquim Gomes, Carlos Costa, Dias Lourenço, Jaime Serra, José Vitoriano, Blanqui Teixeira, Carlos Brito, António Gervásio (membros da Comissão Política do Comité Central)

Ângelo Veloso, Dinis Miranda, Domingos Abrantes, Carlos Aboim Inglês, Joaquim Pires Jorge, Georgette Ferreira, Américo Leal, Francisco Miguel, José Magro, Rogério de Carvalho, Sofia Ferreira (membros do Comité Central)

Maria Alda Nogueira, Aurélio Santos, Horácio Rufino (membros suplentes do Comité Central)

Afonso Dias de Almeida (membro da Comissão Directiva da UCP «Margem Esquerda»), Agostinho Lopes (funcionário do Partido, membro da DORN), Álvaro Veiga de Oliveira (deputado, do Secretariado do Grupo Parlamentar), António Ângelo (funcionário do Partido, da Comissão para o Trabalho entre os Emigrantes), António Avelho Morgado (serralheiro, membro da Comissão Concelhia de Vila Velha de Ródão), António Gaspar dos Ramos (operário agrícola, dirigente do Sindicato dos Operários Agrícolas de Portalegre), Carlos Manuel da Rita Machado (carpinteiro, membro do Secretariado da Célula da Covina), Cassiano Lima (médico, membro do organismo de direcção do sector das estruturas populares da DORN), Felisberto Martins (pequeno industrial, membro da Comissão Concelhia do Cartaxo), Genuíno Madruga (pescador, da Comissão Distrital da Horta), Henrique Pacheco das Neves (membro da Comissão Executiva da UJC), Henrique de Sousa (funcionário do Partido, membro da DORN), Hernâni Fernandes Martins (sapateiro, da Organização Concelhia de S. João da Madeira), João Pacheco Gonçalves (empregado de escritório, membro do Secretariado da União Sindical do Porto), Joaquim José (soldador, membro do Secretariado da Célula do Entreposto – Setúbal), Joaquim Judas (membro da Comissão Executiva da Comissão Central da UEC), Jorge Matos (funcionário do Partido), José Luís Correia da Silva (operário agrícola, membro da Comissão Directiva da UCP «1.º de Maio» e Comissão Concelhia de Avis), José Pacheco (trabalhador rural, membro da Comissão Concelhia de Sines), José Pedro Campos (operário, membro do Secretariado da Célula da SIPE de Carcavelos), José Pedro Gaita Júnior (operário, membro do Secretariado da Célula da Philips), José Rodrigues Júlio (comerciante, da Comissão das autarquias de Vila Franca de Xira), Manuel Charrua (operário agrícola, membro da Comissão Directiva da UCP «Pedro Soares» e da Comissão Concelhia de Montemor-o-Novo), Manuel de Sousa Moreira (agricultor, da organização Concelhia de Penafiel), Maria de Fátima Fonseca Pereira Ferreira (operária, da Organização Concelhia de Sintra), Maria Rosa Rabiais (funcionária do Partido do Organismo para o Trabalho Sindical), Mariana Ramos Paixão (operária têxtil, membro do Secretariado Geral da Célula da CUF e da Comissão Concelhia do Barreiro), Mário Carlos Gomes (operário cimenteiro, membro da Comissão Concelhia da Figueira da Foz), Paulino dos Santos (soldador, membro de Secretariado da Célula da Lisnave), Rosa de Oliveira Dias (operária têxtil, membro do Comité Têxtil do Porto), Silvarina Barbosa (retornada de Angola, membro da Comissão Concelhia de Lagos), Vital Moreira (deputado, do Secretariado do Grupo Parlamentar).

«O MAIOR RESPEITO E ESTIMA PELA LUTA DO VOSSO PARTIDO»

A realização do primeiro Congresso ordinário do nosso Partido depois do derrubamento do fascismo permitiu que, também pela primeira vez, pudessemos ter entre nós delegações de numerosos partidos comunistas e operários e de movimentos e organizações democráticas e progressistas que, nas mais diversas partes do mundo, se encontram empenhados na luta comum pela paz, pela justiça, pelo futuro mais feliz para todos os homens.

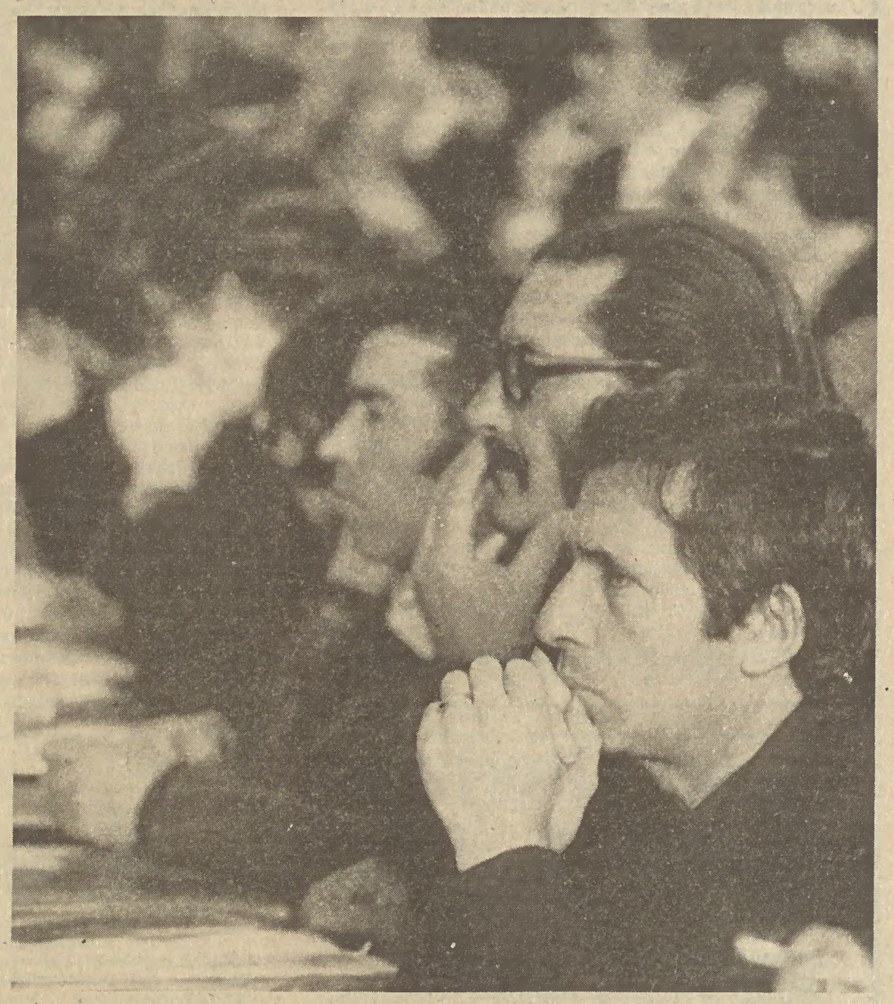
Uma dessas organizações é o Partido Baas do Iraque, que se encontra representado no Congresso pelo camarada Kassim J. Alshareef. Em declarações ao «Avante!» dir-nos-ia:

«A nossa posição é do maior respeito e estima pela luta conduzida pelo vosso Partido contra as formas mais violentas do fascismo. Este Congresso representa para nós uma boa oportunidade de transmitir aos nossos camaradas portugueses este nosso sentimento em relação ao vosso Partido, porque a vossa vitória é uma vitória de toda a humanidade contra o fascismo.

Consideramos que este Congresso reforçará o processo revolucionário no vosso país e esperamos que dele saiam resoluções que aprofundem a democracia e assegurem a continuidade do processo revolucionário português.

Estamos convencidos que assim será porque vimos aqui, no Congresso, a unidade demonstrada e em particular a solidariedade às delegações dos países africanos, ex-colónias portuguesas.

Estamos seguros de que o Congresso adoptará resoluções que permitirão reforçar as forças progressistas para fazer face à ameaça da reacção.



SAUDAÇÕES AO CONGRESSO

Numerosas mensagens de saudação ao VIII Congresso do PCP têm sido enviadas desde o primeiro dia da sua realização tanto por partidos irmãos que por diversas razões não estão presentes como por parte de comunistas portugueses espalhados pelo Mundo. Na generalidade expressam votos pelo reforço do Partido e da luta do povo português na consolidação da democracia rumo ao socialismo.

Entretanto, também de vários pontos do país têm sido enviadas mensagens de apoio ao Congresso não só por parte de militantes e organizações do Partido mas também de organizações e elementos independentes e progressistas.

Subscrita por dez comunistas portugueses residentes na Bulgária e pelos estudantes comunistas portugueses de Sófia chegou uma mensagem onde «saudam o Comité Central, os convidados ao Congresso e todos os militantes do Partido», demonstrando «grande entusiasmo e confiança em que as resoluções tomadas fortalecerão o Partido e a luta do Povo português».

Mas outras se seguiram. Da URSS, chegaram mensagens de um grupo de membros do Partido em viagem a Moscovo, do colectivo português no Instituto de Ciências Sociais da URSS e de estudantes comunistas em Kiev.

Da RDA chegou uma saudação de camaradas estudantes em Leipzig.

Emigrantes em Sindelfingen (RFA) Mainz, Geneve, Corbeil Essonnes (França) enviaram telegramas manifestando nas palavras destes últimos «o seu total apoio ao Comité Central pela sua firme aplicação da política defendida no anterior Congresso».

Impossibilitado de estar presente por se encontrar em viagem no estrangeiro, o compositor Jorge Peixinho enviou um telegrama agradecendo o convite que lhe foi endereçado e fazendo votos pelo êxito do VIII Congresso do PCP.

Várias organizações do PCP enviaram também mensagens ao Congresso saudando o Comité Central, os delegados e convidados e os representantes dos Partidos presentes. Estão neste caso os militantes da organização de Vila Real do PCP, os comunistas das organizações das Pequenas e Médias Empresas do Concelho de Setúbal, e Secretariado da Célula da Ford na Azambuja, a organização da Freguesia de Santo Ildefonso — reitera total confiança no Comité Central e na orientação política traçada» — as Comissões Concelhias de Setúbal e Seixal e o Organismo dos Transportes da Comissão Concelhia de Setúbal. Mencionemos as células da Metalúrgica Duarte Ferreira (Tramagal) da Panificadora Caldense, dos Móveis Baia e das Organizações Philips do Sul.

Também a Comissão Concelhia da Frente Eleitoral Povo Unido do Seixal na sua mensagem faz votos «para que este seja mais um marco na história ímpar do glorioso Partido Comunista Português».

SAUDAÇÃO DA FSP

Numa mensagem da Comissão Política da Frente Socialista Popular, assinada por Manuel Serra, é salientado o enorme valor da contribuição e do papel do Partido Comunista Português na actual fase de luta do povo português e no passado, e feitos votos «que o valor dessa contribuição se possa medir no futuro do povo português pela vitória da liberdade, da democracia, da paz, do socialismo».

MENSAGEM DO PC DO CANADÁ

Transcrevemos a seguir a mensagem de saudação enviada pelo CC do Partido Comunista do Canadá ao VIII Congresso do PCP.

«Calorosas saudações fraternais para o 8.º congresso. Desejamos êxito na batalha para tornar irreversíveis as grandes transformações democráticas a caminho do socialismo em Portugal e na luta pelo desanuviamento, desarmamento, e apoio internacionalismo proletário e marxismo-leninismo.

«Partido Comunista do Canadá reafirma permanente solidariedade no cumprimento das vossas tarefas históricas».

«Comité Central do Partido Comunista do Canadá»

1921

6 DE MARÇO – FUNDAÇÃO DO PCP

Uma assembleia na Associação dos Empregados de Escritório, em Lisboa, elege os primeiros organismos da direcção do Partido Comunista Português.

1923

De 10 a 12 de Novembro, em Lisboa, realiza-se o I Congresso do PCP.

1976

De 11 a 14 de Novembro, em Lisboa, vai realizar-se o VIII Congresso do PCP.

UMA COLECÇÃO DE DOCUMENTOS FUNDAMENTAIS PARA A HISTÓRIA DO NOSSO PARTIDO

À venda na banca das «Edições Avante!» durante o VIII Congresso do PCP

Jaime Serra

AS ORGANIZAÇÕES UNITÁRIAS E OS ÓRGÃOS DE PODER LOCAL

Camaradas:

Muitos militantes do nosso Partido, ao lado de outros democratas e antifascistas, têm tido, nestes dois anos e meio de Revolução pós-25 de Abril, uma acção preponderante e responsável na administração dos órgãos de poder local para os quais foram escolhidos pelo seu prestígio e passado de luta de revolucionários consequentes.

Estes camaradas têm realizado nessas tarefas um trabalho revolucionário de grande valia, enfrentando dificuldades e resistências de toda a ordem e o boicote frequente da administração central às suas iniciativas em defesa dos interesses locais das populações. Neste trabalho, formaram-se quadros com grande experiência na gestão dos órgãos de poder local. Reforçaram deste modo o seu prestígio e autoridade junto das populações locais, aumentando também o prestígio do nosso Partido como grande Partido de massas.

No trabalho preparatório das eleições para as autarquias locais revelou-se a necessidade da Direcção do nosso Partido prestar ainda maior atenção à formação e à actividade das organizações unitárias de base que são, indubitavelmente, um elo indispensável para uma boa administração das autarquias locais.

Na selecção e designação das dezenas de milhares de pessoas apresentadas nas listas de candidatos para as Assembleias de Freguesia, Assembleias Municipais e Câmaras Municipais, propostas pela Frente Eleitoral Povo Unido à eleição do próximo dia 12 de Dezembro, ficou claramente demonstrado a grande importância da intervenção neste trabalho dos organismos unitários de base.

As Comissões de Moradores, Comissões de Trabalhadores, Assembleias Populares e outros organismos unitários de base facilitaram extraordinariamente a elaboração de listas democráticas unitárias, representativas de vastos sectores das populações locais.

Foi com base nestas estruturas que se realizaram em muitos lugares, aldeias, freguesias e concelhos, reuniões e Assembleias Populares para a designação ou ratificação das listas de candidatos unitários aos órgãos do poder local apresentadas pela FRENTE ELEITORAL POVO UNIDO cuja constituição se deve à iniciativa do nosso Partido.

Estamos certos, camaradas, lá onde a escolha de candidatos se processou nesta base, o seu sucesso eleitoral está grandemente facilitado no próximo dia 12 de Dezembro, pois todos podemos constatar o grande interesse e entusiasmo criado à volta da Frente Eleitoral POVO UNIDO. Toda a actividade pré-eleitoral veio dar um novo dinamismo às estruturas populares de base. Isto chama a atenção para a necessidade do nosso Partido, de todas as organizações, se interessarem a fundo por este tão importante sector da actividade de massas. Para isso, é da máxima importância recolher e divulgar as melhores experiências acumuladas pelo nosso Partido neste domínio.

Nas teses para o nosso Congresso diz-se que «as **organizações unitárias de base,** quer as que continuam de modo renovado as formas tradicionais vindas do tempo do fascismo, como as **Comissões de Trabalhadores**, quer as novas formas surgidas após o 25 de Abril, como as **Comissões de Moradores** e **Assembleias Populares,** constituem uma das mais importantes expressões do movimento de massas e representam uma das condições do seu desenvolvimento».

A experiência do nosso Partido é rica de muitos anos no que se refere às Comissões de Trabalhadores, e outros organismos unitários da classe operária.

As **Comissões de Trabalhadores,** para além do pleno desenvolvimento, nas novas condições de liberdade, das actividades que as caracterizavam no tempo do fascismo, na defesa da unidade dos trabalhadores para assegurar a melhoria das suas condições de vida, assumem hoje novas tarefas dentro das empresas, resultantes das grandes conquistas revolucionárias dos trabalhadores que são as nacionalizações e o controlo operário.

Pela sua grande e longa experiência de trabalho democrático unitário no tempo do fascismo, as **Comissões de Trabalhadores** e os trabalhadores individualmente, estiveram na base da criação e desenvolvimento dos novos organismos unitários de base. As **Comissões de Moradores** e as **Assembleias Populares**, representam uma generalização criadora da experiência unitária dos trabalhadores, aplicada à organização das populações locais, primeiro nas cidades com as Comissões de Moradores e, posteriormente, alargada aos campos com a criação de Comissões de Aldeia.

Não é ocasional que o rápido florescimento das organizações unitárias de base se tenha dado nas zonas mais densamente industrializadas do país e de mais largas tradições revolucionárias, tais como a zona da Grande Lisboa, Margem Sul do Tejo e a zona conhecida como o Grande Porto no Norte do País.

Também não é ocasional que tenha sido nestas zonas que as estruturas populares unitárias, de base local, resistiram mais firmemente aos efeitos desmobilizadores do refluxo revolucionário originado a partir dos acontecimentos do 25 de Novembro.

É de referir aqui que a influência e acção do MFA inseriu-se nas estruturas populares com aspectos positivos e negativos.

O lado positivo foi o extraordinário estímulo dado por unidades militares às populações locais e aos activistas populares na criação das estruturas unitárias de base e no apoio dado às suas iniciativas, colaborando frequentemente na sua execução.

O lado negativo verificou-se principalmente na tendência, por parte de certas unidades militares, ao controlo das estruturas populares, com intervenção na sua vida interna, quando a verdade é que uma condição essencial para o florescimento e desenvolvimento das estruturas era e é, ainda hoje, o estrito respeito pela sua autonomia por parte dos órgãos do poder, civil e militar.

Sendo justo frisar a importante contribuição dada pelas Comissões Administrativas das autarquias locais, de composição progressista, as estruturas populares, quer estimulando e facilitando a sua organização, quer apoiando as suas iniciativas, não é menos justo frisar que o trabalho dos gestores dessas autarquias tem sido muito facilitado pela actividade criadora e espírito de sacrifício de milhares de activistas das organizações unitárias de base.

Trabalhos importantes a nível local, tais como arranjos de arruamentos, jardins, canalizações de águas e de esgotos, organização e manutenção de creches, infantários e jardins de infância, devem-se, em muitos casos, à iniciativa das organizações unitárias de base e ao espírito de colaboração mútua existente entre estas organizações e os órgãos dirigentes das autarquias locais.

A eleição no próximo dia 12 de Dezembro de grande número de candidatos progressistas das listas da Frente Eleitoral Povo Unido, poderá ser um factor de criação, reactivação e desenvolvimento das estruturas populares de base. Nesta perspectiva, estaria aberto o caminho para o desenvolvimento muito rápido de relações novas e frutuosas entre estas estruturas e os organismos dirigentes das autarquias locais.

A generalização em todo o país das organizações populares de base, desde as Comissões de Moradores às Assembleias Populares, torna-se ainda mais importante e actual, na perspectiva da formação dos Conselhos Municipais logo a seguir às eleições de 12 de Dezembro.

Segundo o artigo 253.º da Constituição, o «Conselho Municipal é o órgão consultivo do município, sendo a sua composição definida por lei, de modo a garantir adequada representação às organizações económicas, sociais, culturais e profissionais existentes na respectiva área». Isto quer dizer que no Conselho Municipal poderão ter assento, praticamente todas as organizações que têm normalmente assento nas Assembleias Populares.

Ainda que a Constituição tenha dado apenas acolhimento à institucionalização, a nível local, de Comissões de Moradores e Assembleias de Moradores, a verdade é que a iniciativa criadora das massas populares ultrapassou há muito esses estritos limites com a criação e funcionamento das Assembleias Populares.

A organização, coordenação e desenvolvimento das iniciativas populares, nos mais diversos campos da actividade, conduzem frequentemente à necessidade do seu estudo, da sua coordenação e execução, a uma escala que ultrapassa os estritos limites de uma comissão de moradores. Desta necessidade nasceram as Assembleias Populares locais, de freguesia, concelhias e outras.

A **Assembleia Popular** é, assim, uma conquista da Revolução cujo desenvolvimento ganha dia a dia uma dinâmica própria e que tenderá a institucionalizar-se, de facto, por vontade popular como poderoso instrumento na defesa dos interesses das populações e para a mobilização das massas na construção da nosa sociedade democrática.

Nos estatutos da Assembleia Popular do Concelho de Almada, realizada em 18 de Setembro de 1976, definia-se como objectivo daquela Assembleia, entre outros, os de «defender o processo revolucionário e as transformações já operadas na sociedade portuguesa contra todas as formas e tentativas de retrocesso além de consciencializar, motivar e mobilizar as massas populares do concelho para a contrução do Socialismo».

Os objectivos das organizações unitárias de base poderão não ser por toda a parte necessariamente os mesmos que a Assembleia Popular de Almada define para aquele progressivo e laborioso Concelho. O que não oferece dúvidas é que as organizações unitárias de base serão, no processo democrático português, um factor de desenvolvimento do espírito e capacidade criadoras das massas populares, uma escola de exercício da democracia directa e um forte instrumento de luta contra o domínio do caciquismo reaccionário sobre as populações locais.

As organizações unitárias de base são ainda uma escola de formação em massa de dirigentes populares, indispensáveis à sociedade democrática a caminho do Socialismo que queremos construir em Portugal!

António Dias Lourenço

INTERVENÇÃO SOBRE O «AVANTE!»

Camaradas

O Relatório da actividade do Comité Central, da autoria do camarada Álvaro Cunhal, faz o balanço político dos acontecimentos nacionais desde 1965 assim como da luta do nosso Povo e do trabalho do nosso Partido. É um período extraordinariamente rico da nossa História nacional e do movimento operário português.

Trata-se do balanço da crise e da derrota do regime fascista em Portugal, do triunfo da Revolução democrática e do seu processo até aos nossos dias, do fim do odioso colonialismo português, velho de meio milénio, e da guerra colonial, numa palavra, trata-se do balanço teórico e prático da epopeia revolucionária do nosso Povo durante os últimos onze anos.

Foram, na verdade, anos ímpares da luta heróica da classe operária e das restantes classes trabalhadoras, de todos os progressistas, civis e militares, na qual os comunistas portugueses escreveram páginas inapagáveis de heroísmo e total devotamento ao seu Povo e ao seu País e de dedicação sem limites à causa da Liberdade, da Democracia e do futuro socialista de Portugal.

Camaradas: Nesta luta desempenhou um papel de primeira importância o nosso órgão central – o «AVANTE!».

Depois de mais de 40 anos de publicação clandestina e sempre redigido e impresso dentro do País, raivosamente procurado e atacado pela polícia fascista, o nosso «AVANTE!» pôde, pela primeira vez, aparecer à luz clara do dia e exercer no processo revolucionário saído do 25 de Abril um papel digno das suas gloriosas tradições na informação e propaganda e na acção política e ideológica do nosso Partido.

Em homengem aos obreiros do «AVANTE!» clandestino que não puderam chegar até este dia permiti, camaradas, que dirijamos um pensamento de profunda gratidão e admiração de todo o Partido para aqueles heróicos camaradas que perderam a vida durante a execução de tarefas ligadas à feitura do «AVANTE!», quer tenham sucumbido, como José Moreira, às mãos assassinas dos torcionários da PIDE, quer tenham falecido como Maria Machado, em consequência das duras condições do regime prisional fascista ou tenham arruinado a saúde e a própria vida nas tipografias clandestinas, como Joaquim Rafael, que nelas trabalhou mais de 20 anos.

Durante os anos negros do fascismo o «AVANTE!» foi o jornal onde não entrou o lápis azul da censura, o jornal da verdade, o jornal onde o único censor era o povo que o lia e os trabalhadores que nele confiavam na condução quotidiana das suas lutas contra a miséria, a opressão e a exploração fascistas.

A clandestinidade nunca foi para o «AVANTE!» um factor de irresponsabilidade. O nosso órgão central exprimiu sempre, de maneira fiel, a verdade, a combatividade e o profundo sentido de responsabilidade que caracterizam o nosso Partido.

Apesar das falhas e insuficiências essas características mantiveram-se íntegras no «AVANTE!» na fase da sua publicação legal depois do 25 de Abril.

Sobre a falsa capa do pluralismo, a imprensa portuguesa, salvo raríssimas excepções, tornou-se das armas mais importantes nas mãos da contra-revolução. Proliferam jornais e folhas reaccionárias, financiados pelas forças que em 25 de Abril perderam as rédeas do poder político e onde a desinformação, a mentira e a calúnia e a diversão ideológica se dão as mãos para confundir e enganar o Povo português.

A liberdade de Imprensa, larga e generosamente consagrada na Constituição, é utilizada para socavar os fundamentos da Democracia e até para atacar e violar a própria Constituição. Por outro lado, na imprensa estatizada, como nos restantes órgãos de comunicação social estatizados, o chamado pluralismo encobre o monopólio de facto do partido governante.

Neste panorama, o «AVANTE!», órgão central do nosso Partido, tem de exercer, e exerce de facto, uma acção esclarecedora e desmistificadora, tem de ser cada vez mais um jornal aberto aos problemas mais agudos e sentidos do nosso Povo, não somente das classes trabalhadoras como das outras camadas populares mais amplas, tem de ser, sobretudo, em todas as circunstâncias, a voz autorizada do Partido, o porta-voz da sua justa orientação, apontando – como diz Álvaro Cunhal no seu Relatório – «o rumo exacto para as lutas da classe operária e das massas populares no avanço do processo revolucionário».

O «AVANTE!» que granjeou no seu passado clandestino a confiança dos trabalhadores e de todos os portugueses progressistas, tem estado e estará, nas novas condições da sua publicação legal, à altura dessa confiança.

Nas curvas apertadas da Revolução portuguesa, na compreensão da complexidade e dificuldades do processo revolucionário, na denúncia das manobras e atentados contra-revolucionários, no combate ao aventureirismo e às provocações ultra-esquerdistas, no desmascaramento do oportunismo social-democrata e na defesa intransigente das liberdades e das outras grandes conquistas da Revolução, o «AVANTE!» tem constituído nas mãos da classe operária um poderoso instrumento de luta.

Na definição e defesa de posições internacionalistas consequentes, na divulgação das inovações, experiências e êxitos dos países socialistas, na denúncia da política agressiva do imperialismo, na campanha de solidariedade activa para com os povos vítimas da repressão fascista e da agressão imperialista, na informação seleccionada e comentada dos acontecimentos internacionais o «AVANTE!» tem contribuido não só para uma informação objectiva e verídica da situação internacional como para a formação internacionalista dos seus leitores.

Apenas em dois anos e três meses da sua publicação legal, como é referido pelo camarada Álvaro Cunhal no seu Relatório, a tiragem global do «AVANTE!» ascendeu a cerca de 13 500 000 exemplares. Com uma tiragem média de 99 800 exemplares tende actualmente a estabilizar-se à volta dos 85 000.

Relativamente ao conjunto da imprensa portuguesa na actualidade e levando em linha de conta o condicionalismo político actual que faz com que o «AVANTE!», órgão central de um Partido que tem na Assembleia da República 40 deputados, não tenha circulação legal em certas regiões do País onde o caciquismo fascista impera, pode dizer-se que é uma tiragem razoável. Não podemos, contudo, aceitar estes números como definitivos – a tiragem do «AVANTE!» pode e deve ser aumentada. Pensamos que uma tiragem de 100 000 exemplares está imediatamente ao nosso alcance. Para isso impõe-se a adopção de medidas estruturais indispensáveis, o melhoramento do conteúdo do nosso jornal, a elevação do nosso estilo de trabalho.

No plano político impõe-se a definição adequada da nossa política de informação, agitação e propaganda e nela do papel e das características específicas do nosso «AVANTE!» como órgão central do Partido.

A necessidade de um maior acompanhamento dos acontecimentos, de uma mais larga divulgação das experiências do nosso processo revolucionário, de uma acção ideológica mais profunda, de um melhoramento e aumento do material informativo, choca-se com a exiguidade e as insuficiências da estrutura actual do «AVANTE!».

Por outro lado, a temática do jornal necessita de melhor elaboração e tratamento, maior variedade e vivacidade dos temas, de modo a corresponder às exigências do trabalho geral do Partido.

Para isso a nossa equipa de redactores tem de ser alargada, os contactos com as organizações regionais e com os departamentos especializados do Comité Central assim como a necessária coordenação com as outras estruturas de informação e propaganda do Partido devem tornar-se mais regulares e eficientes.

Em particular, o problema dos correspondentes, uma das falhas mais graves do nosso trabalho, deve ser resolvido de uma vez por todas, o que só é possível através de um esforço conjugado entre a Redacção do «AVANTE!» e a organização do Partido.

Uma das lacunas que mais prejudica a difusão do «AVANTE!» reside nas insuficiências e deficiências na distribuição. O aumento da difusão através da rede interna da organização do Partido se por um lado representa um índice positivo de militância na distribuição do nosso órgão central, reduz, por outro lado, o leque político dos seus leitores e prejudica a sua difusão em sectores mais amplos, não permitindo alargar a influência do Partido, lá, onde objectivamente isso é possível. O alargamento da rede comercial e a adopção de medidas tendentes a fazer chegar a voz do Partido a tais sectores devem encarar-se com espírito resoluto.

Há ainda atrasos injustificáveis na chegada do «AVANTE!» a certas oranizações locais e de empresa. Se é verdade que em vários casos isso se deve à acção sabotadora de inimigos que em transportes públicos retêm deliberadamente o nosso jornal, impedindo que ele chegue a tempo e horas aos locais de destino, noutros tais atrasos são devidos a pura negligência de camaradas e organizações do Partido. Descobrir e denunciar os sabotadores e ao mesmo tempo tomar medidas práticas para assegurar a rápida distribuição do nosso jornal é uma condição para o alargamento da difusão do «AVANTE!».

Camaradas: Este ano, pela primeira vez, o nosso órgão central, contando com a colaboração entusiástica de todo o Partido, levou a cabo, aqui, neste mesmo local, uma grande iniciativa popular de massas, que teve uma enorme repercussão no nosso País e fora dele. Refiro-me como calcularеis, à Grande Festa do «AVANTE!».

Centenas de milhares de pessoas, desde o Minho ao Algarve e das Ilhas Adjacentes, assim como numerosos visitantes estrangeiros, passaram pela nossa Festa e deram largas à sua alegria, ao seu espírito de fraternidade e solidariedade.

A Festa do «AVANTE!», que teve a colaboração de outros jornais de Partidos irmãos e de centenas de artistas portugueses e estrangeiros dos mais qualificados, evidenciou a força, a capacidade de organização e a influência de massas do nosso Partido, e ao mesmo tempo a profunda ligação dos comunistas portugueses a tudo o que há de vivo e criador na actividade do nosso País.

Milhares de camaradas deram provas de um magnífico espírito de iniciativa e de sacrifício erigindo e decorando em poucos dias centenas de belos *stands*.

Aqui, no nosso Congresso, queremos renovar o profundo agradecimento por todas essas provas de dedicação ao Partido, assim como aos camaradas dos Partidos irmãos que de uma forma ou de outra se fizeram representar na nossa Festa e hoje de novo aqui estão representados. Colhemos ricas experiências. Para o ano faremos melhor!

Camaradas, o nosso órgão central só pode melhorar com a participação e colaboração de todo o Partido. Também com essa colaboração e participação faremos melhor.

José Vitoriano

SOBRE A POLÍTICA DE QUADROS

Camaradas:

O Partido formou ao longo da sua vida clandestina milhares de quadros valorosos, militantes destacados e combativos, de uma grande fidelidade ao Partido, que constituiram durante o largo período da ditadura fascista a espinha dorsal de todo o Partido.

Entretanto a revolução formou mais quadros nestes dois anos e meio do que se formaram em dezenas de anos de vida do Partido no período anterior ao 25 de Abril. A transformação do Partido num grande Partido de massas com uma intensa vida e acção revolucionárias, actuando em numerosas frentes de luta, trouxe a revelação e promoção de milhares de novos quadros.

Mas, camaradas, o Partido cresceu muito depois do 25 de Abril e os quadros com preparação não surgem, não podem surgir, apesar de tudo, com o mesmo ritmo que surgem as adesões ao Partido. Esta é, naturalmente, uma das razões porque quase 35 mil membros do Partido não estão ainda enquadrados num trabalho regular de organização. Trata-se de uma deficiência grave do nosso Partido que é necessário resolver e para que são necessários quadros, muito particularmente quadros intermédios, que liguem a base do Partido aos organismos de direcção local e regional. Mas não só. O Partido necessita de muitos outros quadros.

E os quadros existem, camaradas. Os quadros de que o Partido necessita para a realização das muitas tarefas que se lhes põem estão no Partido. Eles fazem parte desse conjunto de mais de uma centena de milhar de membros do Partido que constituem os seus actuais efectivos. O que precisamos é encontrá-los, promovê-los, auxiliá-los na realização de novas tarefas. É preciso trazê-los à vida activa do Partido, ganhá-los para se darem ao Partido na medida das suas capacidades e possibilidades.

Temos de ser audaciosos na promoção dos quadros. Não tenhamos receio de nos enganarmos uma vez. Acertaremos em dez. Não tenhamos receio de chamar a tarefas de maior responsabilidade certos quadros só porque os consideramos muito jovens. Os jovens comunistas têm dado provas de grande maturidade política ao longo da nossa revolução. E na juventude está o futuro do Partido.

Mas para encontrarmos esses quadros, para descobrirmos esse potencial enorme que existe realmente dentro do Partido, é preciso ir ao seu encontro, é preciso ir às organizações, é preciso conhecer as organizações, conhecer um a um os homens e mulheres que as constituem. Ora, o que acontece ainda com frequência demasiada é que não conhecemos as organizações do Partido ou conhecemo-las apenas por fora. Há organismos que têm os quadros ao pé e não os vêem. Temos de modificar essa situação e fazer um esforço para conhecermos bem as organizações do Partido. Só assim descobriremos quadros.

Entretanto, camaradas, os quadros não nascem feitos. Os quadros fazem-se na prática da actividade revolucionária, na vida política do dia-a-dia. Mas fazem-se também nas escolas, na aprendizagem teórica e técnica. Isto significa que o Partido, para além de necessitar conhecer bem os seus militantes, de estar em condições de seleccionar os homens e mulheres mais capazes e mais dedicados e promovê-los, necessita por outro lado de estar em condições de dar a esses quadros a preparação política, ideológica, teórica e técnica que eles necessitam para o pleno desempenho das suas tarefas. O Partido tem estado a fazer um grande esforço nesse sentido com a realização de cursos, esforço que é necessário prosseguir e porventura aumentar, nomeadamente quanto ao tempo de duração de alguns desses cursos.

Efectivamente, os 836 membros do Partido que no espaço de meses fizerem cursos de uma semana, representa um grande esforço do Partido com vistas à preparação de quadros. A solidariedade que neste terreno temos recebido dalguns partidos irmãos representa também uma valiosa contribuição para a melhoria do nível e da capaciadade dos nossos quadros.

Entretanto, o trabalho de preparação de quadros não tem sido apenas uma preocupação da Direcção Central. Organizações regionais e mesmo locais têm também dedicado atenção a este problema e têm levado a cabo cursos de fim-de-semana (e mesmo mais longos nalguns casos, abrangendo vários fins-de-semana), palestras, conferências e outras iniciativas para uma melhor preparação dos seus quadros. Em geral os resultados são positivos e indicam que se deve prosseguir e ampliar tais iniciativas.

Camaradas, a formação de quadros é realmente uma tarefa importante que se põe ao Partido. Ela respeita a todo o Partido, embora compita fundamentalmente à sua Direcção Central. Sem quadros capazes e em número suficiente para as nossas necessidades não só não poderemos estruturar todo o Partido, como se torna difícil alargá-lo como, ainda, será difícil realizar com êxito as muitas e complexas tarefas que se colocam diariamente.

Há organizações regionais do Partido que têm um número de funcionários manifestamente insuficiente para as suas necessidades, o que dificulta não só um controlo e um acompanhamento regular da organização como é um obstáculo ao seu desenvolvimento. Este não é naturalmente o caso geral. Contudo, apontamos como exemplo que num total de 349 funcionários nas DORs e em tarefas políticas e de organização, uma organização regional de cerca de 3 000 militantes tem apenas 5 funcionários, o que dá quase o dobro de militantes por funcionário em relação à média nacional.

Mas o Partido não precisa apenas de mais funcionários, ou talvez não precise tanto de mais funcionários como de outros quadros que dêem ao Partido o tempo disponível da sua actividade profissional, mas dando realmente o melhor do seu esforço e da sua capacidade.

Não basta enviar os militantes a um curso durante uma semana ou mais para ficarmos seguros de termos mais tantos quadros quantos passaram pelo curso ou que descobrimos em tal ou tal organização. Os quadros precisam de ser acompanhados e ajudados na sua actividade, na realização das suas tarefas. Um curso de uma semana ou de um mês é realmente um elemento importante para a preparação de um quadro, mas não chega. A actividade prática, a actuação do dia-a-dia na escola da vida revolucionária é a outra face da preparação dos quadros.

Os quadros podem evoluir, elevar o seu nível político e ideológico, aumentar a sua capacidade de trabalho, ganhar qualidades e perder defeitos. Este será naturalmente o curso normal da evolução dum quadro. Mas os quadros também podem perder-se se não são acompanhados ou se são mal acompanhados, se não os ajudamos nas suas tarefas, se não lhes damos confiança, se menosprezamos os seus problemas, se não temos um tipo de relações correctas, isto é, se não praticamos uma justa política de quadros. Ter para com os quadros a atenção, o respeito, as relações de camaradagem e o trato fraternal que devem caracterizar as relações entre comunistas, são condição essencial para uma justa política de quadros.

Para a formação e educação dos quadros tem importância fundamental o trabalho colectivo, a participação em organismos do Partido onde os problemas sejam discutidos colectivamente, e colectivamente tomadas as decisões. Para além dos quadros se sentirem assim mais confiantes, de ser mais seguro o acerto das decisões, não ganham os vícios ou as deformações que geralmente provoca o trabalho individual. Isto é aliás, válido para todos os quadros do Partido, jovens e velhos.

Por outro lado ainda, no trabalho colectivo, há a possibilidade de uma maior ajuda aos quadros nas suas dificuldades, seja pela experiência colectiva acumulada seja pela prática da crítica e autocrítica construtivas, ajudando-se mutuamente a ver as deficiências e os erros, e a corrigi-los.

Por vezes encontramos ainda camaradas com ideias incorrectas na consideração dos quadros segundo vieram ao Partido antes ou depois do 25 de Abril. É necessário combater isto. Há que eliminar completamente quaisquer tendências para avaliar os quadros e os militantes do Partido a partir desta óptica. Uns e outros são o mesmo Partido. Somos um só Partido com direitos e deveres iguais para todos. O critério de avaliação e selecção tem de ser o mérito, a dedicação e as qualidades de cada um.

Há também camaradas que por vezes avaliam os quadros de forma puramente subjectiva, o que é muito mau. Só se vê o lado positivo de quadro ou só se vê o lado negativo, esquecendo que para uma apreciação justa dos quadros e do seu trabalho temos de considerar as suas qualidades e os seus defeitos, e nunca ninguém tem só qualidades ou só defeitos. O que pode acontecer e acontece muitas vezes é que um destes atributos é prodominante.

Tem acontecido, camaradas, serem consederados dos melhores e mais capazes por responsáveis de sectores e passarem depois a serem considerados incapazes porque o responsável do sector mudou. Do mesmo modo tem acontecido o inverso. Há naturalmente muito de subjectivo nisto, pois se é certo que um quadro pode perder ou ganhar qualidades não pode mudar radicalmente de um instante para o outro, não pode perder num ápice todos os seus defeitos ou todas as suas qualidades. O que mudou aqui não foi o quadro, o que mudou foi a visão de quem o aprecia, certamente muita subjectiva tanto num caso como no outro. A objectividade na apreciação dos quadros, a avaliação justa das suas qualidades e dos seus defeitos, dos seus méritos e dos seus desméritos é também condição necessária para uma justa política de quadros.

Ângelo Veloso

CAMARADAS:

Algumas das teses que estão em discussão neste Congresso permitem-nos compreender melhor a situação revolucionária que vivemos. Mas, além disso, acarretam consequências de grande importância para a actividade diária dos nossos militantes e organizações.

Quando afirmamos que o sector capitalista é ainda predominante, mas já não é determinante no conjunto da economia portuguesa, isto permite-nos compreender melhor porque é que Sá Carneiro assume a posição frontalmente anticonstitucional de declarar não só que «as nacionalizações não podem ser um luxo ideológico pago pelos portugueses» como mesmo que «o actual sistema económico é inviável».

De facto, é inviável para os monopolistas.

Também compreendemos as afirmações contraditórias de certos dirigentes do PS que ora são forçados a reconhecer as nacionalizações, como a base irreversível duma «democracia avançada», ora as atacam por selvagens e não rentáveis, contrapondo-lhes o elogio de melhorias sociais que não pusessem em causa a «santa» propriedade privada do grande capital.

Fica muito mais claro para nós a importância não só económica como política das nacionalizações.

Resultando da liquidação dos grandes grupos monopolistas, empregando mais de 140 mil trabalhadores, abrangendo além da Banca os sectores básicos da economia nacional, as nacionalizações abarcam 38% do capital social de todas as empresas nacionais.

Alguns esquerdistas ou teóricos apressados tecem comparações derrotistas entre a nossa situação e as nacionalizações operadas particularmente no após-guerra nalguns países que são hoje modelos da social-democracia europeia.

De facto, em países como a França e a Áustria, a força da classe operária e da Resistência popular contra o invasor nazi e os colaboracionistas conseguiram então impor nacionalizações em sectores mais ou menos vastos embora quase sempre desvantajosos, com um capital constante envelhecido, etc.

É também verdade que tais sectores nacionalizados se transformaram posteriormente num simples mecanismo suplementar de distribuição em favor dos monopólios, da mais-valia gerada nas empresas estatizadas.

Em Portugal, a situação não é de modo algum a mesma. A diversidade e a extensão, o volume e a importância dos sectores nacionalizado, intervencionado ou sob o controlo dos trabalhadores no conjunto da economia portuguesa, tornam inviável, de modo significativo, uma distribuição suplementar da mais-valia para fora dos sectores não capitalistas. Isto é, tornam

As nacionalizações e o controlo operário

inviável qualquer esquema social-democrata de recuperação capitalista.

A recuperação capitalista daqueles sectores implicaria em Portugal uma tão vasta alteração das relações de produção agora existentes que não poderia ser levada a cabo senão através de uma prévia contra-revolução fascista.

Em conjunto com as empresas sob intervenção do Estado, mais as empresas sob controlo dos trabalhadores e ainda cooperativas e unidades colectivas da zona da Reforma Agrária, as nacionalizações constituem a base material de uma dinâmica não capitalista no desenvolvimento da economia portuguesa.

Ao dizermos dinâmica não capitalista queremos dizer uma dinâmica que não assenta na obtenção de maior lucro, nem na exploração cada vez maior dos trabalhadores e na concentração da riqueza em meia dúzia de exploradores.

Uma dinâmica não capitalista é, no fundamental, uma dinâmica em que a satisfação dos interesses e das necessidades dos trabalhadores e do Povo, o aumento do bem-estar económico, cultural e social, são um objectivo essencial e um real motor do desenvolvimento económico.

Camaradas:

Seria, no entanto, muito perigoso acreditar que uma tal política pode desenvolver-se sem a participação dos trabalhadores. Seria muito perigosa, no plano da actividade prática, a crença num qualquer automatismo de evolução económica, «espontânea» e «natural» para o Socialismo.

As grandes conquistas da Revolução portuguesa assentaram na acção revolucionária, abnegada, muitas vezes heróica, dos trabalhadores e das massas populares, que nunca tiveram por si um poder estatal homogéneo e seu, mas apenas apoios limitados e pontuais no aparelho de Estado.

Também hoje uma nova dinâmica económica só é possível através da participação, do empenho e da acção revolucionária dos trabalhadores e do concerto das suas organizações de classe, ao nível da empresa, do sector, da região do País.

É precisamente por isto que os militantes comunistas têm que ser os mais abnegados, os mais activos e os mais lúcidos defensores do controlo operário.

Cabe-nos, camaradas, levar à classe operária e aos trabalhadores, a consciência clara de que «a consolidação e a maior extensão do controlo operário é uma condição indispensável à reanimação, reequilíbrio e progresso da economia nacional» (Teses).

É claro que os reaccionários e o patronato procuram criar roturas e desentendimentos entre os trabalhadores. Procuram criar choques entre as comissões de controlo operário e as comissões sindicais,nas zonas em que as respectivas competências se confundem. Tentam levar as comissões de controlo operário a realizar um papel odioso de policiamento dos seus camaradas a pretexto de absentismo, do aumento da produtividade, etc.. Esforçam-se por corromper e atrair com promessas os quadros técnicos e administrativos. Manejam ainda para colocar homens da sua confiança nos postos-chave de gestão e intimidar, perseguir e despedir os trabalhadores mais combativos e incómodos.

Também aqui os esquerdistas se revelam preciosos auxiliares da reacção e do capital. A coberto de um radicalismo obreirista, os esquerdistas defendem na prática o isolamento dos operários e criam conflitos e desconfiança entre os trabalhadores administrativos e técnicos e os trabalhadores da produção.

Afirmando que «não sabem o que é o controlo da produção» e tentando que os trabalhadores hostilizem as comissões de gestão ou de controlo operário, a pretexto de que não estamos em socialismo, os esquerdistas esforçam-se por desmobilizar e desinteressar a classe operária, fazem o frete à reacção e ao grande capital que ficariam assim inteiramente à vontade para manobrar.

A resposta dos trabalhadores e do movimento sindical mostra que compreendem cada vez melhor a importância e o significado do controlo operário. No passado dia 6, reuniram-se cerca de 5000 elementos de comissões de trabalhadores e activistas sindicais. Mais de 1000 estiveram presentes nos debates da secção do controlo operário. Repudiando a co-gestão, combatendo o divisionismo e o esquerdismo, salientando a importância da cooperação entre as comissões de trabalhadores e o movimento sindical, os delegados presentes concluíram que:

«É com a prática do controlo operário que nós, trabalhadores, conseguiremos transformar, defender a economia nacional, e planificar a economia e pô-la ao nosso serviço, como foi focado com os exemplos da banca, dos transportes, dos petróleos, dos sectores nacionalizados em geral e das Unidades Colectivas de Produção na Reforma Agrária que têm de ser o **motor do desenvolvimento económico** e que sirvam os interesses dos trabalhadores e deixem de funcionar em concorrência capitalista».

Camaradas:

É muito rica a experiência dos trabalhadores em relação ao controlo operário. Parece, no entanto, útil chamar a atenção para alguns aspectos.

É necessário que o controlo operário se generalize às principais empresas, incluindo as empresas privadas a partir de certa dimensão. Mas é também necessário que se consolidem as formas de controlo operário já existentes e que se ultrapassem as formas embrionárias, irregulares e ocasionais; é preciso organizar e sistematizar o controlo operário.

É ainda e também necessário que o controlo operário ultrapasse o nível de empresa para se exercer ao nível sectorial, regional e mesmo nacional.

Existem já importantes exemplos de coordenação sectorial do controlo operário. São ainda pouco numerosos, mas já provaram a sua importância no combate à sabotagem e à desarticulação entre as empresas.

Os trabalhadores não podem interessar-se apenas pelo que se passa na sua empresa, nem mesmo no seu sector. Ao nível sectorial, regional e nacional, os trabalhadores têm que intervir na elaboração dos planos económico-sociais e têm que intervir no controlo da respectiva execução. Os trabalhadores têm que participar na elaboração da legislação do trabalho.

Os deputados comunistas apresentaram já com estes objectivos um projecto de decreto-lei sobre o controlo operário cuja aprovação teria uma enorme importância. Na referida reunião do Técnico, no passado dia 6, este projecto de decreto recebeu o apoio quase unânime dos cinco milhares de delegados das Comissões de Trabalhadores e do Movimento Sindical presentes. Apenas uma dezena de votos contra.

Uma direcção do nosso trabalho deve ser agora levar este projecto às massas trabalhadoras, discuti-lo amplamente com os trabalhadores das empresas, criar à sua volta um amplo movimento unitário de apoio.

Mas os trabalhadores não se deixarão ficar «à espera da legislação» nem se deixarão embalar pelas teorias do patronato de que só depois de regulamentação legal é que o controlo operário se poderá exercer.

O controlo operário é já hoje uma conquista dos trabalhadores inscrita na Constituição Portuguesa.

Camaradas:

A luta pelo desenvolvimento e a consolidação do controlo operário tem de se tornar uma grande batalha de massas dos trabalhadores portugueses.

Para isso importa que todos os comunistas sejam ganhos para a importância decisiva desta tarefa, agarrando-a nas suas mãos.

Como afirma o relatório do Comité Central a este Congresso:

«A perspectiva do socialismo não é já só um projecto político. A perspectiva do socialismo depreende-se da nova realidade criada pelas transformações revolucionárias».

O nosso Partido saberá encontrar os caminhos capazes de transformar esta perspectiva em realidade.

Viva o VIII Congresso!

Viva o Partido Comunista Português!

Joaquim Gomes

Os fundos do Partido

Ao analisar-se o balancete de 1975, cuja receita atingiu os 75000 contos, saltam à vista as potencialidades do Partido. Convém no entanto assinalar que as contas do ano passado não dão uma imagem exacta dessas potencialidades. Primeiro, porque 1975 foi um ano de grandes acontecimentos políticos que, pela natureza e importância, relegaram as contas do Partido para plano secundário. Segundo, e sobretudo, porque neste ano se desenvolveu a mais feroz ofensiva terrorista contra o Partido, sendo destruídos dezenas de Centros de Trabalho, tendo neles desaparecido muita documentação, o que impediu que se fizessem as contas com o rigor que seria necessário.

Para se ter uma ideia mais aproximada das contas reais do Partido, basta dizer que a DORL, a organização regional onde se situa a mais numerosa organização do Partido, contabilizou o ano passado cerca de 19300 contos de receitas. No 1.º semestre deste ano já arrecadou aproximadamente 17500. A avaliar pelo que se passou na DORL pode prever-se que as receitas venham a aumentar substancialmente no ano em curso.

Porém, fazendo uma breve análise das receitas do Partido em 1975, queremos em primeiro lugar assinalar o baixo volume das quotizações pagas ao Partido.

15117 contos foi, números redondos, a receita recebida de quotas no último ano. À primeira vista esta importância parece elevada mas, de facto, não o é.

15000 contos divididos por 100000 membros do Partido dá uma média mensal de 13$00. Isto deve-se no fundamental à baixa percentagem de camaradas que pagam regularmente a sua quotização, e que quer dizer que há ainda um número muito elevado de camaradas que não cumpre com uma das três condições leninistas para se ser membro do Partido. De resto, a média das quotizações não é um indicativo seguro das receitas alcançadas em cada organização regional, dado não se ter feito do mesmo modo a destrinça entre quotizações e outras quantias recebidas dos militantes do Partido.

Dividindo as receitas pelo número aproximado de militantes existentes em cada DOR, verificamos que o montante das receitas prevenientes das quotizações, dávidas e vendas, recebidas o ano passado, dá a média aproximada por militantes, de 645$00 na DORL, 527$00 na DORS, 456$00 na DORN, 390$00 na DOROR, 282$50 na DORAA e 108$00 na DORB. Conclui-se assim, que as médias conseguidas não são satisfatórias. Não o são na DORL onde se verificou a média mais alta, não o é na DORB mesmo tendo em conta as dificuldades do sector.

Considera-se, no entanto, como muito positiva a recuperação que vai sendo feita numa boa parte das organizações regionais. No que toca às quotizações no 1.º semestre deste ano, verifica-se que a DORB regista um aumento de 200%, a DORB, 86%, a DORA, 64%, etc.

As contas do ano passado merecem-nos ainda algumas considerações. Por exemplo:

A verba de 45843 contos de ofertas e dávidas é de longe a mais elevada que se recebeu.

É tradicional numerosos camaradas e amigos do Partido oferecerem somas e valores muito elevados ao Partido. Depois de 25 de Abril temos continuado a receber contribuições valiosas, algumas anonimamente. Todavia, a possibilidade de aumentar as receitas através de dávidas extraordinárias de camaradas e amigos é ainda grande, desde que o problema se encare com audácia e numa perspectiva democrática e revolucionária.

10513 contos é o montante de vendas efectuadas em Centros de Trabalho, festas, comícios, etc. Esta verba é de todas a mais reveladora das graves deficiências no que toca a recolha de fundos, já que na prática ela se reduz a cerca de 1930 contos. Este é o saldo que fica entre os 8701 contos que se gastaram em edições para vendas e aquilo que se recolheu dessas mesmas vendas. Os resultados não são em geral satisfatórios. Excluindo a DORS que conseguiu um resultado bastante positivo, as outras DORs tiveram maus resultados em especial a DORL onde o saldo foi negativo.

Chama-se para isso a atenção das organizações regionais, distritais, concelhias, etc., para a necessidade de se tomarem medidas urgentes com vista a controlar com o maior rigor as vendas efectuadas nos Centros de Trabalho, festas e comícios do Partido.

As outras rubricas apresentadas no balancete do Partido são menos significativas. No entanto, a verba de 2918 contos arrecadada durante a campanha eleitoral para a Assembleia Constituinte, embora não represente mais de 40% da verba gasta na dita camapanha não deixou de ser importante.

De entre as nossas fontes de receita devem destacar-se os autocolantes. Porém, os autocolantes, como assinala o camarada Álvaro Cunhal no relatório do CC, foi a galinha dos ovos de ouro do Partido. A inflação de autocolantes quase matou a galinha. Entretanto, com alguns cuidados ela ainda pode dar novas posturas. A condição é que se seleccione e controle melhor as novas séries a fazer. À sombra dos autocolantes muitas coisas incorrectas se verificaram quer no que toca à sua venda, quer no que toca ao seu conteúdo político.

As **rifas** e **sorteios** nas empresas e outros locais de trabalho, convívio, etc., continua a ser ainda uma boa forma para arranjar receitas para o Partido.

Depois do 25 de Abril as iniciativas de massas têm-se alargado e de entre elas devem destacar-se:

A experência de centenas de festas populares têm demonstrado que quando os programas são atraentes as massas correspondem às nossas iniciativas. As festas populares além de contribuirem para ajudar a resolver dificuldades de ordem financeira, constituem também um meio importantíssimo para reforçar a ligação do Partido às massas. Além disso, são um meio importante no combate à calúnia, à mentira e à desinformação que os inimigos da classe conduzem contra os comunistas, contra o nosso Partido. A camaradagem, o contacto humano entre comunistas e as populações leva até estas a verdadeira imagem dos comunistas.

A **Festa do Avante,** independentemente dos seus resultados financeiros, aliás positivos, constituiu o mais grandioso cartaz de propaganda do nosso Partido até hoje realizado. Centenas de milhares de pessoas de todas as tendências conviveram, confraternizaram, deram-se as mãos numa festa que só nós, comunistas podíamos realizar.

Camaradas:

Uma justa política financeira tem de atender não só à necessidade de aumentar as receitas, mas também combater com firmeza todo o liberalismo nos gastos dos dinheiros do Partido.

Até aqui temos vivido muito do espontaneismo no que se refere a receitas e despesas. Têm-se cometido erros fazendo-se despesas que se podiam evitar. Têm-se cometido outros erros não fazendo despesas que deviam ser feitas.

Por exemplo, a falta de uma sede Central, tende a atrofiar e a dispersar a nossa actividade com graves prejuízos para o trabalho de Direcção Central. É absolutamente necessário encontrar instalações à altura da dimensão, das necessidades e prestígio do Partido. O problema duma sede central é uma tarefa de todo o Partido e tem de ser encarada sem delongas.

Camaradas:

Uma correcta política financeira tem igualmente de recusar todo o individualismo e «autonomismo», que não facilitam mas dificultam a solução global dos problemas financeiros do Partido.

Há organizações regionais que têm feito um sério esforço para resolver os seus problemas de fundos. Tem de considerar-se positivo que no fundamental o tenham conseguido. Contudo, isto não anula a necessidade de se analisar em profundidade se todas as despesas são absolutamente justificadas. É preciso que cada organização partidária, cada funcionário, preste regularmente contas ao Partido. É preciso estabelecer critérios rigorosos nos gastos iguais para todas as organizações regionais e velar pelo cumprimento desses critérios.

Camaradas:

A falta de vigilância no que toca ao controlo das receitas e despesas criou uma situação muito grave à «Editorial Avante», com a acumulação de dívidas por parte das organizações regionais que atingiu alguns milhares de contos. Esta situação obrigou a cortar o fornecimento de materiais do Partido a algumas organizações. Contudo o volume das dívidas tem vindo a diminuir ainda que o esforço neste sentido não seja igual por parte de todas as organizações em atraso com a Editorial.

Camaradas:

A imensidade de tarefas que se colocam já hoje ao Partido tem tendência a aumentar. Esta perspectiva coloca-nos perante a necessidade imperiosa de elevar as receitas do Partido.

Até aqui, devido a dificuldades financeiras temos sido obrigados em alguns sectores a reduzir o número de funcionários do Partido. Porém, o alargamento das organizações com o consequente aumento de tarefas exige não só que se não reduza mas pelo contrário se alargue o quadro de funcionários.

Embora o salário dos funcionários seja relativamente modesto, as despesas tenderão a aumentar.

Em matéria de salários dos funcionários do Partido temo-nos orientado pelos seguintes critérios: primeiro, fixar os salários na base de uma média aproximada dos salários dos operários industriais. Segundo, manter os salários iguais para todos os funcionários independentemente das suas responsabilidades ou tarefas. Deste modo, os cargos nos Governos Provisórios desempenhados por alguns camaradas, incluindo o Secretário-Geral do Partido, bem como os cargos de deputados anteriormente na Assembleia Constituinte e agora na Assembleia da República têm constituído e constituem uma fonte de receita para o Partido.

Os inimigos do Partido, na sua sanha anticomunista, têm especulado e lançado as mais torpes calúnias acerca dos «altos salários» dos funcionários do Partido.

Tais calúnias não nos atingem. Somos um Partido da classe operária e como tal tudo fazemos para não nos desvincularmos dela mesmo no que repeita aos salários.

Camaradas:

Estamos em plena realização do nosso VIII Congresso. As resoluções que nele vamos aprovar terão grande importância na vida política, económica e social do nosso País. As nossas responsabilidades vão ser maiores. Para cumprirmos com êxito as nossas tarefas, em que se inclui arranjar uma sede para o nosso Comité Central, precisamos de recolher a breve prazo dezenas de milhares de contos.

Avante, camaradas, por uma extraordinária recolha de fundos!

Avante, camaradas, pelo reforço da democracia a caminho do socialismo!

Carlos Aboim Inglês

As relações internacionais

No relatório de actividades aprovado pelo CC do nosso Partido, nas teses discutidas, assim como na Plataforma de medidas políticas a aprovar pelo nosso Congresso, abordam-se as questões fundamentais para a caracterização da situação internacional em que se processa a Revolução Portuguesa, da luta pelo reforço da independência nacional, da linha essencial a defender em matéria de política externa e das relações internacionais do nosso Partido.

Não iremos repetir e pormenorizar agora o que aí se encontra já e que o debate preparatório do Congresso permitiu desenvolver. As inúmeras discussões realizadas em toda a organização do Partido permitiram verificar, **por um lado**, uma firme concordância e acordo com a apreciação da situação e os princípios e linha política praticados e defendidos nestes domínios pela direcção do Partido; **por outro lado**, o desejo e a necessidade de lhes dedicar ainda maior atenção no futuro.

Das mais de 300 propostas de emenda sobre estas matérias, apenas menos de meia dúzia traduzia apreciações diferentes em questões particulares de fundo e das restantes mais de metade puderam ser acolhidas. Quanto às que não foram, isso deve-se fundamentalmente ao carácter sintético e de princípio dos nossos documentos nesta matéria, pois se tratava de simples aplicações e concretizações, que, em boa parte, se encontram já no relatório aprovado pelo CC.

Camaradas,

Na discussão sobre a caracterização da situação internacional em que se processou e processa a nossa revolução, no quadro de uma grande concordância de fundo, as questões levantadas, incidiram fundamentalmente sobre a caracterização da acção do imperialismo e sobre o conceito da sua perda da iniciativa histórica. Precisões correspondentes foram introduzidas no texto do projecto de Resolução Política.

Não se pode ignorar que o imperialismo, não sendo já omnipotente, não é contudo impotente. A par de mudanças de táctica e novos métodos para se adaptar e enfrentar a evolução da situação internacional, favorável às forças da paz, da democracia, da independência nacional e do socialismo, continua a usar quando pode todos os velhos métodos, incluindo os mais brutais e contrários aos princípios da coexistência pacífica. Não se pode ignorar que o imperialismo não muda de natureza e a nossa própria experiência bem o demonstra. Exige-se por isso, a par de realismo e da recusa a provocações imperialistas ou esquerdistas e a impaciências aventureiras, a firme determinação de não permitir ingerências e não ceder a pressões e chantagens do imperialismo. Os povos têm o direito de decidir soberanamente e em paz os seus próprios destinos.

Têm o direito e têm crescentes possibilidades.

Com efeito, foi já em 1969 que o nosso movimento adiantou a tese de que o imperialismo perdera a iniciativa histórica. Toda a evolução da situação internacional desde então, quer no plano objectivo, quer no subjectivo, quer pelas grandes vitórias emancipadoras dos povos, quer pela natureza abertamente antiprogressista dos sucessos locais e temporários do imperialismo em alguns países e zonas — toda a evolução confirma a verdade daquela conclusão, a correcção da análise que a ela conduziu. O agravamento posterior da crise geral do capitalismo — económica, social, política, espiritual e moral — veio pôr ainda mais em relevo a incapacidade do Capitalismo Monopolista de Estado para resolver os grandes problemas do desenvolvimento progressista da vida dos povos.

Os ideais e as realizações efectivas do Socialismo ganham a consciência e inspiram a vontade, o trabalho e a luta, de massas cada vez mais amplas da humanidade. A época histórica que vivemos é bem, por vias e processos cada vez mais ricos, a época de passagem do capitalismo ao socialismo.

Camaradas,

Do que afirmamos, é acontecimento exemplar a Revolução Portuguesa e daí a atenção que suscita em amigos e inimigos. As suas repercussões e experiências merecem ser consideradas pelos revolucionários empenhados na luta pelo progresso social dos povos. **Nós próprios, como revolucionários, temos o dever de as encarar também sob esse ângulo.**

Com efeito, a Revolução Portuguesa, que liquidou no nosso país o Capitalismo Monopolista de Estado e aponta para o Socialismo, é a primeira Revolução desde há dezenas de anos na Europa do capitalismo desenvolvido. Com todas as especificidades da nossa situação, trata-se de uma experiência nova onde será possível colher indicações de **interesse generalizável.**

A Revolução Portuguesa demonstra que o desanuviamento internacional e a coexistência pacífica não põem "entre parêntesis" a luta de classes nem impedem o avanço para o progresso social de cada povo, não se confundem com a imposição de um pretenso "equilíbrio estratégico entre zonas de influência", que exigiria o marcar passo da luta pelo progresso social, nem com uma pretensa uniformidade regional ou "geopolítica", que ignore a desigualdade de desenvolvimento dos países capitalistas e a irregularidade consequente do processo revolucionário, e por isso conduz à paralisia e adiamento do avanço de cada um e de todos.

A Revolução Portuguesa comprova, uma vez mais, que as leis gerais do desenvolvimento do processo revolucionário existem e actuam, mas que a sua existência e acção concretas são sempre específicas, assumem formas originais: como já Lenine insistiu, as revoluções não se imitam, nem se copiam. Não há um "pronto a vestir" nem qualquer "figurino único" para as soluções concretas dos problemas vivos que cada revolução enfrenta — e cada experiência revolucionária é mais rica de ensinamentos, pela actividade criadora efectiva das massas em movimento, real obreiro da História, do que mil idealizações e raciocínios especulativos.

A Revolução Portuguesa mostrou, de modo exemplar, a ligação essencial existente entre a luta do movimento operário e da sua vanguarda nos países capitalistas e a luta do movimento nacional libertador, convergindo numa mesma força solidária de emancipação social e nacional dos trabalhadores e dos povos, uma força de progresso e iniciativa histórica.

A Revolução Portuguesa é ainda elucidativa da actual inter-relação e peso específico dos factores externo e interno do processo revolucionário, bem como da unidade dialética entre o internacionalismo e a autonomia na prática de um partido revolucionário: a Revolução Portuguesa beneficiou da evolução favorável da situação internacional e de uma activa solidariedade internacionalista que dificultaram e se opuseram às pressões e ingerências imperialistas, contribuição que o nosso Partido nunca esqueceu e altamente valoriza; mas as suas grandes vitórias foram fundamentalmente alcançadas pela iniciativa e a luta do Povo português; e o Partido revolucionário não tem de ceder nas suas firmes posições internacionalistas de classe, para definir com autonomia plena e conduzir com êxito toda a sua actividade.

Muitas outras experiências concretas e traços originais da Revolução Portuguesa (no controlo operário, na Reforma Agrária, no campo da Informação, nas soluções constitucionais, nas formas de concretizar alianças sociais, quanto ao papel das Forças Armadas, na correlação entre o poder político e acção de massas, etc.) merecem ser aprofundadas nos seus sucessos e debilidades, no que têm de específico e de generalizável.

O nosso Partido tem-se esforçado por facultar a informação e conhecimento devido necessários para a compreensão da nossa Revolução. Mas sem dúvida haverá que tomar medidas adequadas para melhor cumprir esse seu dever internacionalista.

Camaradas,

Um Partido Comunista não necessita de abandonar uma firme posição de classe para ser o mais firme defensor dos interesses nacionais. Os interesses da classe operária e de todo o Portugal que trabalha encarnam e confundem-se com os interesses de todas as camadas antimonopolistas, com os autênticos interesses nacionais do Povo português. Hoje, como no passado, os comunistas portugueses continuarão a ser intransigentes portadores dos interesses, da consciência e da honra da Nação portuguesa.

Combatendo a ingerência imperialista nos nossos assuntos internos, opondo-nos às publicidades e cedências que conduzem à manutenção ou reforço de laços de dependência historicamente responsáveis, em larga medida, pelo atraso do nosso País e pela opressão fascista de quase meio século — o PCP defenderá, como linha mestra para a política externa portuguesa, **a salvaguarda e reforço da independência nacional, com vista à defesa da liberdade e à promoção do progresso económico-social do nosso Povo, contribuindo activamente para a paz, a segurança, a cooperação e o progresso social de todos os povos do mundo.** O PCP lutará por que a política externa de Portugal observe rigorosamente, sem omissões nem distorsões, o que a esse respeito estatui a **Constituição da República Portuguesa**, e nomeadamente o seu **Artigo 7.º**.

E nesse sentido que se definem princípios e linhas de actuação para a política externa portuguesa na Plataforma de medidas a aprovar pelo Congresso.

Camaradas,

No domínio das relações internacionais do nosso Partido, é de há muito claro o empenho do PCP em manter estreitas relações fraternais com os Partidos Comunistas irmãos dos países socialistas e dos países capitalistas, em participar activamente nas actividades do Movimento Comunista Internacional e aí trabalhar pela unidade, na firme base do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário e no respeito pelas normas que regulam as relações entres os Partidos irmãos. É igualmente de há muito claro o empenho do PCP em manter estreitas relações de solidariedade militante com a Frelimo, MPLA, PAIGC, MLSTP e outros partidos nacionais revolucionários, com as forças do movimento nacional libertador que integram a grande frente anti-imperialista dos povos. Do passado vem também a disposição de manter e estabelecer relações de colaboração e respeito com todas as forças antifascistas, democráticas, socialistas e cristãs progressistas, interessadas em acções concretas pelos altos objectivos da paz, da democracia, da segurança, da cooperação e do entendimento entre os povos.

Queremos aqui apenas verificar que este Congresso é sem dúvida a prova clara de que o PCP reafirma hoje e para o futuro esse mesmo empenho e disposição firmes.

Permitam-me, camaradas, para finalizar brevemente, que dirigido-nos aos nossos camaradas e amigos estrangeiros, lhes exprima com toda a simplicidade quanto estamos profundamente gratos pela manifestação de solidariedade que nos quiseram prestar, e ao nosso Povo, vindo assistir ao nosso Congresso e trazendo-nos as suas mensagens fraternas: Obrigado, camaradas e amigos!

Pelo nosso lado esperamos que tudo o que se tem passado neste Congresso tenha contribuído para deixar bem claras duas coisas, que afinal são uma só:

— que o PCP é e manter-se-á inquebrantavelmente fiel ao internacionalismo proletário, à grande causa da libertação de todos os trabalhadores e dos povos oprimidos e explorados do mundo;

— e que, ao afirmá-lo, o PCP está precisamente a dar prova da sua plena e sólida independência. Os comunistas portugueses foram, são e serão sempre internacionalistas e patriotas, e na prática demonstraram, desmonstram e demonstrarão.

Orlando Millas – Partido Comunista do Chile

Queridos Camaradas:

Da profunda clandestinidade em que se encontra ainda no país, cumprindo os seus deveres com o nosso povo martirizado e combatente, a Direcção do Partido Comunista do Chile encarregou-me de lhes transmitir a nossa fraternal e afectuosa saudação, expressão do nosso respeito e admiração pelo grande Partido Comunista Português bem como os desejos dos maiores sucessos nos trabalhos deste importante VIII Congresso.

Sob o terror fascista, os nossos militantes e os nossos aliados têm uma fonte de inspiração, um estímulo permanente de resistência patriótica e um incentivo para a luta, no exemplo de firmeza proletária e profundo sentido revolucionário que demonstra o Partido Comunista Português.

Uma das grandes lições do processo revolucionário português é que a derrota do fascismo foi possível, antes do mais, pela acção heróica e abnegada do combativo Partido Comunista que resistiu honrosamente às mais duras provas, intimamente unido à sua classe e ao seu povo, e encabeçando a ofensiva das massas.

Outra das grandes lições do processo revolucionário português é que, nos seus momentos cruciais e difíceis, nas suas vicissitudes e crises, nos dias de momentâneos retrocessos, mas sobretudo nos grandes momentos de avançar, nos combates decisivos e na acção criadora do povo em luta, sempre foi do mais elevado valor, determinando o rumo certo, o cumprimento pelo Partido Comunista Português do seu papel de vanguarda.

Os comunistas chilenos vêem no irmão Partido Comunista Português uma encarnação dinâmica e exaltante da concepção leninista do partido do novo tipo e propusemo-nos aprender o máximo com a vossa rica e exemplar experiência. Por isso mesmo, muito lhes agradecemos por nos terem honrado com o convite para estarmos presentes neste Congresso que abre uma perspectiva e traça um caminho para novos avanços da classe operária e de todo o povo de Portugal na democracia rumo ao socialismo. Estudámos as teses em que se baseiam os vossos debates e escutámos atentatamente as sábias palavras do companheiro Cunhal e tudo que se disse nesta tribuna. Podemos dizer-lhes que tudo isto é muito importante para nós.

O povo do Chile combate. Forja na luta a sua unidade antifascista. Junto ao Partido Comunista estão os nossos aliados socialistas, radicais, cristãos e outras tendências. Reagrupa-se a coligação da Unidade Popular. Reconstruíram-se os sindicatos operários e vitalizam-se as organizações de massas. Cresce o protesto. O fascismo será derrotado. Nisto terá um imenso mérito a grande campanha de solidariedade que expressa ao povo do Chile, é a solidariedade com todos os povos da América Latina e em especial com os que, como são os casos do Uruguai, Brasil, Paraguai e outros enfrentam como nós tiranias fascistas impostas pelos grupos mais agressores do imperialismo ianque agradecemos especialmente que esta solidariedade, vinculando-se com o pedido de libertação do nosso Secretário-Geral companheiro Luís Corvalan, erga consigo a bandeira da existência de liberdade para todos os presos políticos da Amércia Latina e de todos que no Mundo são perseguidos pela reacção e pelo imperialismo.

A ideia de impor regimes fascistas é oposta ao curso impetuoso da história. Vivemos um tempo de vitórias tão significativas como as dos povos do Vietnam e de Angola e do desenvolvimento das forças da paz, da democracia, da liberdade e do progresso social, encabeçadas pelo País de Lenine, a União Soviética. Um contributo decisivo para novos triunfos dos povos é a unidade do movimento comunista e operário, causa esta que é defendida com decisão neste Congresso do Partido Comunista Português. Devo transmitir-lhes que o povo do Chile não está afastado dos povos do mundo, está lutando e derrotará o fascismo.

Viva o internacionalismo proletário! Viva a amizade dos povos!

Viva o Partido Comunista Português!

Heinz Lange – Partido Comunista Alemão

Queridos camaradas,

Em nome da direcção do Partido Comunista Alemão transmito-vos, queridos camaradas delegados e convidados as cordiais e fraternais saudações de combate dos comunistas da República Federal Alemã.

Nós comunistas, e connosco as forças democráticas e progressistas do nosso país, seguimos com grande atenção a luta do partido-irmão português e das forças democráticas de Portugal pela defesa e alargamento das mais valiosas conquistas revolucionárias do povo português desde o derrube da ditadura fascista.

As nossas relações e cooperação têm longa tradição que nos orgulha.

As relações dos nosso partidos assentuam nos firmes princípios do internacionalismo proletário, na solidariedade recíproca, na íntima ligação ao campo socialista, ao movimento operário dos países capitalistas e ao movimento nacional libertador.

Quando no vosso país, bandos fascistas atacaram os centros de trabalho do vosso Partido, a solidariedade internacional, no nosso país, foi, para os membros do nosso partido e para outras forças democráticas, uma necessidade sentida de todo o coração, uma exigência natural.

Nós sentimo-nos tanto mais ligados a esta solidariedade quanto o capital monopolista e os seus representantes políticos no nosso país estiveram até ao último minuto ao lado do regime fascista em Portugal.

Após o 25 de Abril de 1974 não desperdiçaram nem uma só oportunidade nem um só meio por mais difíceis e sujos, para travar o processo e revolucionário em Portugal.

No seu comportamento em relação ao Portugal de hoje torna-se particularmente claro como o imperialismo alemão ocidental se ingere cada vez mais nos assuntos de outros povos da Europa.

Esta política não é apenas praticada pelas forças abertamente reaccionário da União Democrática/União Cristã Social e pelos pretensamente liberais dirigentes do Partido Liberal.

Cabe neste conluio uma responsabilidade especial aos dirigentes da direita do Partido Social Democrata.

A coberto da palavra de ordem do «socialismo democrático» fazem tudo o necessário para travar a evolução democrática em Portugal e para impedir um avanço para o socialismo.

Recorrendo ao anticomunismo, eles esforçam-se por dividir a unidade da classe operária portuguesa e destruir a coesão das forças democráticas.

As forças que movem uma política de ingerência aberta nos assuntos internos de Portugal e que se fazem passar por defensoras da democracia impõem, no nosso país proibições de exercício da sua profissão aos comunistas e outros democratas, limitam cada vez mais os direitos e liberdades democráticas do nosso povo.

No nosso país, aqueles que fingem interessar-se pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores portugueses lançam, sem escrúpulos, as consequências da crise capitalista para as costas dos operários, dos outros trabalhadores e dos camponeses.

A República Federal Alemã, do capital monopolista, que eles exaltam como o modelo para a Europa, significa um milhão de desempregados, centenas de milhares de jovens sem trabalho e sem possibilidade de formação profissional. Isto é uma imagem ainda mais clara da crise do desenvolvimento, num país em que os monopólios podem subir os preços a seu belo prazer.

Os monopólios amontoam os, lucros à custa da população trabalhadora.

Isto, na realidade, não é modelo nenhum para os trabalhadores.

Nós, comunistas, somos, pelo contrário, da opinião que:

– A República Federal Alemã não deve continuar a imiscuir-se nos assuntos internos dos outros países.

Ela tem de respeitar a vontade de paz e a liberdade de todos os povos.

– Através do completo respeito pela soberania dos Estados e pela aplicação prática das resoluções de Helsínquia, pode-se parar com a corrida aos armamentos no nosso país e aprofundar a política de desanuviamento.

Ao mesmo tempo libertar-se-ão muitos meios para superar os mais prementes problemas dos trabalhadores.

Isto corresponde aos interesses económicos, sociais e patrióticos do povo trabalhador do nosso país.

É essa a nossa orientação, é essa a nossa luta.

Nessa luta temos que nos haver com um inimigo de classe poderoso e experiente.

Ainda há muitos obstáculos a vencer. Mas dispomos de uma boa bússola, o marxismo-leninismo.

Também contamos com bons amigos, camaradas de classe que estão como nós bem firmes na mesma base do internacionalismo proletário, que praticam a solidariedade em palavras e em actos.

Queremos aproveitar esta oportunidade para agradecer aos comunistas portugueses, a todas as forças democráticas do vosso país, a solidariedade praticada no combate à política das proibições profissionais no nosso país.

Camaradas!

Estamos convencidos que as relações fraternais e a solidariedade entre os nosso partidos não cessaram de se aprofundar.

Liga-nos a defesa consequente dos interesses da classe operária dos nossos países, liga-nos a teoria de Marx, Engels e Lenine. Une-nos a fidelidade ao internacionalismo proletário, a força criadora do movimento comunista e operário internacional, a maior força política do nosso tempo.

Desejamo-vos, camaradas, a continuação de grandes êxitos na luta pela liberdade, democracia e socialismo.

Viva a unidade da classe operária!
Viva o Partido Comunista Português!
Venceremos!

Nicos Kalunis – Partido Comunista da Grécia

Queridos camaradas,

Tenho a grande honra de transmitir ao VIII Congresso do PCP as saudações calorosas e fraternais do CC do PCG e de todos os comunistas do nosso país. Através de vós saudamos a heróica classe operária de Portugal, todo o povo trabalhador que, lutando, durante mais de meio século, com consequência, heroísmo e abnegação para a defesa dos interesses supremos da pátria, derrubaram há dois anos e meio o regime fascista, conduzindo Portugal no 25 de Abril de 1974 na direcção de conquistas democráticas e revolucionárias importantes.

Desta alta tribuna exprimimos a assistência e solidariedade do nosso partido para com as forças progressistas e os Partidos Comunistas de Espanha, Chile e dos outros países que lutam em condições difíceis contra o fascismo. Exprimimos a nossa solidariedade para com todos os povos em luta pela sua libertação do jugo colonial, pela sua liberdade e independência.

A vitória contra o fascismo e a criação de novos estados independentes em Angola, em Moçambique, em Guiné-Bissau, em São Tomé e Príncipe, nas Ilhas de Cabo Verde e noutras regiões, constituem uma vitória histórica da Revolução Portuguesa, cuja alma foi o heróico PCP, uma vitória dos movimentos progressistas nas colónias portuguesas. Uma vitória das forças da paz e do progresso na Europa e em todo o mundo. Os comunistas da Grécia, o nosso partido, seguiram e seguem com particular interesse a vossa acção, os vossos êxitos, a experiência das vossas lutas. A visita recente da delegação do vosso Partido ao nosso país, deu a possibilidade de provar os laços já estreitos de amizade, de colaboração fraternal que existem entre os dois partidos e a comunidade de pontos de vista sobre os principais problemas internacionais, e confirmar a fé inabalável de ambos os Partidos nos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, a sua posição e luta tenaz para o reforço da unidade do movimento comunista e operário internacional.

Cremos que o VIII Congresso constituirá uma etapa importante no desenvolvimento das lutas dos trabalhadores para a defesa e consolidação das vossas conquistas revolucionárias, para continuação do desenvolvimento do processo revolucionário em Portugal.

Queridos camaradas,

Hoje, apesar dos dois anos e meio passados após a queda da ditadura fascista do nosso país e a legalização do nosso partido, a situação é alarmante. A ditadura fascista caiu, mas a política do governo do senhor Caramanlis em todos os sectores da vida económica, política e social, concentra-se na edificação dum regime que garantirá a dominação da grande burguesia e a tutela do imperialismo americano-otanense, num regime antidemocrático e antipopular.

Edifica-se institucionalmente e administrativamente o poder autoritário parlamentar do partido da «Nova Democracia». Preparam-se novas leis antipopulares. Os aparelhos juntistas actuam no seio do aparelho do Estado e fora dele. O Estado paralelo, multifacetado e ramificado, eleva a sua cabeça ameaçante. As forças do anticomunismo e do antisovietismo tornam-se mais activas. A situação económica da classe operária, dos camponeses, de todos os trabalhadores torna-se pior. A direcção da política do governo não é o enfraquecimento dos laços de dependência do nosso país ao imperialismo norte-americano e à OTAN, mas o seu reforço.

Frente a essa situação, o nosso partido luta para a unidade e a acção comum de todas as forças democráticas anti-imperialistas com o objectivo de pôr uma barreira na política do governo e com a perspectiva de que o poder passe para as mãos de forças que se interessam num ou noutro grau, por uma direcção democrática anti-imperialista.

Estamos lutando para justa solução do problema de Chipre sob a base das resoluções votadas na Assembleia Geral da ONU e do Conselho de Segurança.

Desejamos, queridos camaradas, o êxito mais completo ao VIII Congresso do PCP, corpo supremo e responsável do vosso Partido.

- Viva o PCP!
- Viva a amizade PCP-PCG!
- Viva o marxismo-leninismo e o internacionalismo proletário!

Mireille Bertrand – Partido Comunista Francês

Estimados Camaradas,

Sentimos uma grande alegria por participar, pela primeira vez em terras portuguesas, num congresso do vosso Partido. Permitam-me dirigir-vos as saudações fraternais dos comunistas franceses.

A classe operária, a imensa maioria do nosso povo, que tantos laços unem ao povo português, acolheu com viva satisfação a queda do regime fascista. Seguiu com a maior atenção e apoiou os esforços de todas as forças democráticas e revolucionárias portuguesas que, em condições originais, impuseram profundas transformações económicas, sociais e políticas. Num prazo historicamente curto foi realizada a reforma agrária, a nacionalização da banca e dos sectores básicos da economia nacional com a participação dos trabalhadores na sua gestão.

As liberdades democráticas foram restabelecidas e alargadas como nunca o tinham sido no passado. Os povos submetidos ao colonialismo português puderam seguir a via do desenvolvimento pacífico. O Partido Comunista Português contribuiu de uma maneira determinante para estas conquistas democráticas essenciais da revolução e faz hoje prova de uma vigilância justificada sobre as forças da reacção interior e exterior cujo objectivo é nomeadamente a divisão das forças operárias e democráticas.

Estimados Camaradas,

Como todos os países capitalistas a França foi atingida por uma crise profunda e global cuja causa é o domínio do grande capital sobre a vida nacional.

Face às enormes dificuldades que pesam sobre os trabalhadores e sobre todas as camadas trabalhadoras, grandes lutas se desenvolvem ao mesmo tempo que aumenta a exigência de uma mudança na sociedade. Para lhes responder o nosso 22.º Congresso propôs ao nosso povo, tendo em conta as condições do nosso país e do nosso tempo, uma via democrática para o Socialismo. Esta via passa pela reforma das estruturas económicas e políticas atingindo o domínio dos monopólios. Ela passa pelo desenvolvimento da democracia até ao fim, isto é, até ao Socialismo.

Da mesma maneira que vós notais o carácter original do processo em curso no vosso país, os seus aspectos novos e imprevistos, a sociedade socialista que nós queremos construir em França tem também os seus aspectos específicos. Ela será, como nós costumamos dizer, um «socialismo com as cores da França».

Para vencer o grande capital e o seu poder são indispensáveis lutas populares sem precedente. A força decisiva deste movimento deve ser a classe operária e o seu eixo a união da esquerda em torno do Programa comum de governo. Esta união é uma realidade positiva. Testemunha-o a conclusão, por nossa iniciativa, de um acordo com os socialistas e os radicais de esquerda para as próximas eleições municipais. Para que esta união seja sólida, para levar a cabo o seu programa que tem em vista melhorar radicalmente as condições de vida e de trabalho das massas populares, é necessário um Partido Comunista activo, forte e influente. É por isso que nós damos uma importância capital ao reforço do nosso Partido e à sua aptidão para se encontrar na frente das lutas populares em todas as circunstâncias.

A evolução da relação de forças à escala internacional a favor do socialismo, a diminuição das possibilidades de acção do imperialismo, os progressos de coexistência pacífica para os quais contribui de maneira eminente a política de paz dos países socialistas, são outros tantos pontos de apoio para a execução da nossa política.

Nesta situação, o desenvolvimento de lutas comuns pelos trabalhadores dos países capitalistas da Europa reveste-se aos nossos olhos de um interesse particular. Nós pretendemos a esse respeito prosseguir e reforçar a cooperação entre os nossos dois Partidos, com base na independência e na solidariedade internacionalista. Propomos também esta cooperação a todas as forças operárias e democráticas que queiram lutar por uma Europa pacífica, democrática e independente, por uma Europa dos trabalhadores. É por isso que não negligenciamos os nossos deveres de solidariedade para com todas as forças anti-imperialistas do mundo, para com todos os povos em luta e hoje, em primeiro lugar, para com os povos libanês e palestiniano, para com os democratas do Chile e do Uruguai e para com o povo da África do Sul, vítima do terror racista.

Estimados Camaradas,

Desejamos o maior sucesso aos vossos trabalhos, o maior sucesso à vossa luta pela defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo português, o maior sucesso à vossa acção pela continuidade e pela consolidação do processo democrático, o maior sucesso aos vossos esforços pela união das forças operárias e democráticas.

Viva o Partido Comunista Português!

Viva a solidariedade do combate dos nosso dois Partidos pela independência nacional, pela paz, pela democracia e pelo socialismo.

DELEGAÇÕES ESTRANGEIRAS

Nas edições do «Avante!» de quinta-feira e de ontem, registaram-se alguns lapsos e omissões no que se refere à composição das delegações estrangeiras que participam no VIII Congresso do PCP em consequência de naturais alterações ou atrasos nas chegadas, pelo que completamos hoje a respectiva relação:

Partido Popular Revolucionário da Mongólia

Namsrain Luvsanravdan, membro do bureau político e Presidente da Comissão de Controlo do PPRM; **Luvsanvandanguin Manaljav,** membro da Secção Internacional do PPRM.

Partido Comunista de Espanha

Armando Lopez Salinas

Partido Comunista Peruano

José Martins

Partido Comunista Brasileiro

Paulo Sérgio Nunes, membro da Comissão Executiva do CC do PCB.

Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)

Carlos Rocha, ministro do Planeamento da RPA e membro do CC; **Lopes Maria,** membro do CC.

Partido Comunista da Austrália

Derek Roebuck

Partido Comunista do Iraque

Bagir Ibrahim, membro do bureau político; **Falih A. Jabbar**

Partido Comunista Jordano

Naim Ashhab, membro do CC, representante do Partido na Revista Internacional

Partido Baas Árabe Socialista do Iraque

Kasim Al Shareff

Organização Política Unida – Frente Nacional da República Popular Democrática do Yemen

Salem Hassan Mohamed, membro do bureau político da Organização Política da Fente Nacional; **Salem Saleh Mohamed,** membro do CC e secretário das relações externas do CC; **Abdul Aziz Mohamed,** do departamento de relações externas do CC

Partido Africano da Independência (Senegal)

Donsoko Amat, membro do bureau político

Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC)

Vasco Cabral, membro do Comité Executivo de Luta e Comissário de Estado do Desenvolvimento Económico e Planificação; **Cândido Santana,** membro da Comissão Nacional de Cabo Verde, do PAIGC; **Corsino Fortes,** embaixador da República de Cabo Verde em Lisboa.

Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)

Armando Panguene, membro do CC e vice-ministro dos Negócios Estrangeiros; **Muradali Mamadhussen,** director da Informação.

Movimento de Libertação de S.Tomé e Príncipe (MLSTP)

Fonseca Veloso, antigo deputado à Assembleia Constituinte de S.Tomé e Príncipe e membro do Comité de Zona do MLSTP.

Partido Comunista do Canadá

Mel Doig, membro do Comité Executivo do CC

Partido Democrático da Guiné (Conakry)

Tcumany Sangare, membro do CC do Partido e ministro da Juventude das Artes e dos Desportos; **Elhadj Mory Keita,** embaixador da Guiné em Roma; **Popeye Dembadoumo,** deputado, secretário federal da região administrativa de Guo Kedon.

AMANHÃ ÀS 15 HORAS
NO COMÍCIO
DE ENCERRAMENTO
DO VIII CONGRESSO DO PCP
NO CAMPO PEQUENO

☆

GRANDIOSA
BANCA
DAS edições Avante!

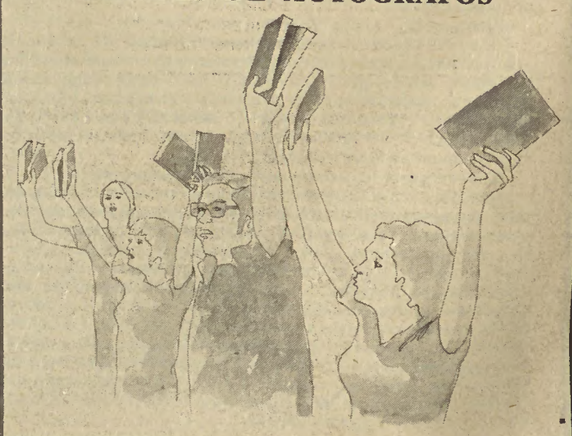
☆

PRESENTES AS ÚLTIMAS NOVIDADES

A Revolução Portuguesa, de *Álvaro Cunhal* ● **Sindicatos e Acção Sindical,** de *Albano Lima* ● **O Outubro Vermelho de 1917,** da colecção ABC do Marxismo-Leninismo

☆

SESSÕES DE AUTÓGRAFOS



Carlos Rocha – MPLA

Caros Camaradas,

Permitam-me que em nome do povo angolano, do Comité Central do MPLA, e do camarada Presidente Agostinho Neto, saúda fraternal e revolucionariamente o Partido Comunista Português e, através dele, o conjunto das massas trabalhadoras portuguesas.

Permitam-me ainda, camaradas, que exprima o nosso regozijo pela realização deste VIII Congresso do PCP, que é também o primeiro congresso ordinário na legalidade, e deseje desde já os maiores sucessos para bem do povo português e de toda a Humanidade progressista.

O Partido Comunista Português, forjado ao longo de 55 anos de luta tenaz contra a reacção brutal, beneficia do facto de já há três décadas ser dirigido com clarividência pelo camarada Álvaro Cunhal.

Uma prova disso é que já em 1957, no seu V Congresso, o Partido reconheceu o direito incondicional dos povos das colónias portuguesas à independência completa e imediata.

Atitude sem dúvida corajosa para a época, que demonstrou mais uma vez o papel de vanguarda do PCP no seio da sociedade portuguesa, e que estabeleceu os verdadeiros fundamentos da amizade e da cooperação entre o povo português e os povos das colónias.

Assim é que, após o 4 de Fevereiro de 1961, muito naturalmente se estreitam as relações entre o PCP e os movimentos de libertação das colónias portuguesas, surgindo portanto o 25 de Abril como resultado da luta comum dos nossos povos.

Após o 25 de Abril, e no meio de hostilidade ou de hesitações crescentes de quase todas as formações políticas portuguesas, o PCP manteve a sua política consequente de apoio indefectível ao MPLA.

Apoio que era essencial, sobretudo durante a segunda guerra de Libertação Nacional, quando Angola foi invadida por bandos de racistas sul-africanos, de fantoches africanos, de fantoches angolanos e de mercenários de todas as origens, todos eles comandados pelo imperialismo e gozando da conivência dos círculos reaccionários portugueses.

O objectivo sempre perseguido de esmagar o MPLA e a Revolução Angolana parecia estar prestes a ser atingido. E, quando se chega ao 11 de Novembro de 1975, o Alto-Comissário português não quis transmitir os poderes! Mas não era preciso, porque o poder era do povo!

Naquele momento difícil, o PCP pronunciou-se decididamente pelo reconhecimento da República Popular de Angola, e uma delegação sua foi abraçar-nos no dia da Independência.

Camaradas,

É chegado o momento de dizer com orgulho quão importante foi para nós a ajuda internacionalista de todos os países, povos e organizações revolucionárias, e será justo pôr em realce a União Soviética e Cuba, que corajosamente e suportando enormes sacrifícios se colocaram firmemente do lado do MPLA e da República Popular de Angola.

Camaradas,

Celebrámos ontem um ano da nossa Independência.

Longo caminho foi percorrido, penosamente, mas conquistando vitórias sucessivas. Em 27 de Março de 1976 as tropas sul-africanas são expulsas de Angola. Foram adoptadas inúmeras medidas revolucionárias no campo da economia, tais como a nacionalização de empresas, a criação de cooperativas de produção e de consumo, o desmantelamento do aparelho burocrático colonial e a criação de novos órgãos de poder do Estado.

Tendo bem presentes as teses de Marx e de Lénine sobre a importância dos bancos em regime capitalista, o MPLA ainda em Agosto de 1975 tomou o controlo de toda a banca em Angola e nas vésperas do 1.º aniversário da nossa independência confiscou o património do Banco de Angola, em Angola, e do Banco Comercial de Angola, criando, com esses bens, respectivamente, o Banco Nacional de Angola e o Banco Popular de Angola.

A criação de um banco central emissor é um facto de soberania que não pode ser recusado a nenhum povo, e é por isso que o MPLA se congratulou com as medidas de nacionalização da banca em Portugal após o 25 de Abril.

O Estado Angolano nacionalizou o ensino e a saúde, reconhecendo que é um direito inalienável do cidadão beneficiar das instituições educacionais e médicas do país, sem ter que estar a rogar a todo o momento por um atestado de «indígena indigente» para tentar beneficiar dos escassos recursos com que o colonialismo dotava o país.

Após a última sessão plenária do Comité Central do MPLA ficou bem claro que o objectivo para Angola é a construção do socialismo, e que tal só é possível seguindo o marxismo-leninismo e criando o partido da classe operária, sem no entanto extinguir o MPLA como frente patriótica que é.

Portanto, camaradas, em Angola a luta continua!

A luta continua na alfabetização dos 85% dos analfabetos; na formação de novos quadros, na liquidação das bolsas de bandidos, na construção planificada duma economia independente, na instalação dos órgãos de poder popular, na edificação da ditadura democrática revolucionária, visando a democracia popular e o socialismo.

As tarefas a cumprir são, pois, bastante pesadas, sobretudo tendo em conta o contexto da Africa Austral. Mas a independência de Moçambique e de Angola dirigidas pela FRELIMO e pelo MPLA modificou bruscamente a correlação de forças na área. Por isso hoje há melhores condições para o avanço da luta dos povos da Namíbia, Zimbabwé e África do Sul.

Caros Camaradas,

As palavras de ordem escritas em torno desta sala e que servem de orientação a este Congresso – «nacionalizações», «Reforma Agrária», «controlo operário», «liberdade», «independência nacional» – são armas poderosas de que dispõe hoje o povo português, graças sobretudo ao trabalho ingente do Partido Comunista Português.

A reacção esforça-se por sabotar o processo revolucionário português. Mas dispondo o povo português de militantes da vossa têmpera, nós podemos estar seguros de que em Portugal a reacção não passará!

Por isso, para além das relações entre os partidos, esforçamo-nos por estabelecer relações de novo tipo entre Portugal e a República Popular de Angola, baseadas na igualdade de direitos, na reciprocidade de vantagens e no respeito mútuo.

Caros Camaradas,

Foi com prazer que soubemos que no dia 10 se realizou em Lisboa um comício com carácter unitário de apoio à República Popular de Angola.

E foi com emoção que ouvimos ontem a mensagem do VIII Congresso do PCP ao MPLA.

– Viva a amizade indestrutível entre o PCP e o MPLA!
– Viva o VIII Congresso do Partido Comunista Português!
– A luta continua!
– A vitória é certa!

Vasco Cabral – PAIGC

A participação de militantes da causa da independência e da liberdade dos povos das colónias portuguesas nos numerosos combates travados pelas massas trabalhadoras e estudantis e dirigidos pelas diversas organizações antifascistas como o PCP, Movimento de Unidade Democrática Juvenil, o MUD e o Movimento Nacional Democrático, o Movimento Nacional Português da Paz, contribuiram para que os Movimentos de Libertação Nacional da Guiné e Cabo Verde, de Angola, de Moçambique e de São Tomé e Príncipe tivessem seguido como princípio director o nunca confundir o colonialismo com o povo português.

Ao mesmo tempo que lutávamos ao lado do povo português criávamos no próprio Portugal as nossas primeiras organizações unitárias de luta anticolonialista. Não podemos esquecer aqui o apoio fraternal que desde a primeira hora tais organizações mereceram da parte do PCP. Também um ano depois da criação do PAIGC e do MPLA, em 1957, o V Congresso do PCP proclamava (citamos): «O reconhecimento incondicional do direito dos povos das colónias de África dominados por Portugal à imediata e completa independência».

O apoio dado pelo PCP à luta dos povos das colónias portuguesas, desde a criação das suas organizações de vanguarda, prosseguiu durante a luta armada e tornou-se o mais constante, inequívoco e consequente dado por qualquer organização antifascista e democrática de Portugal. Já depois da conquista da nossa independência nacional na Guiné, a acção desenvolvida pelo PCP no seio do Governo provisório a favor do reconhecimento do direito à independência do povo de Cabo Verde criou condições favoráveis a barrar o caminho às manobras neocolonialistas de certas forças reaccionárias. Não é pois por acaso que o povo de Cabo Verde recebe com tanto entusiasmo e de forma tão calorosa o camarada Álvaro Cunhal, quando da sua ida à Praia, capital da República, por ocasião da histórica proclamação da independência de Cabo Verde, a 5 de Julho de 1975. Forjada na luta comum, a solidariedade activa entre o PAIGC e o PCP tem-se fortalecido e ela é uma realidade nesta fase de reconstrução nacional do nosso país, tanto na Guiné como em Cabo Verde. Há pouco, em Setembro passado, comemorámos o 20.º aniversário da fundação do nosso grande Partido. Para o êxito destas comemorações contribuiram muito largamente os nossos amigos do PCP com a ajuda preciosa em quadros que então nos deram, quadros esses que não se pouparam a esforços e deram o melhor de si próprios para o integral sucesso dessas festividades. Também temos recebido a colaboração fraternal do PCP em médicos e professores e vamos recebê-la em outros domínios. Consideramos que as relações entre as nossas organizações contribuem para o fortalecimento dos laços de amizade e de cooperação entre o povo da Guiné e Cabo Verde e o povo português.

Caros Camaradas:

Valeu a pena lutar. Os sucessos históricos da nossa luta são irreversíveis. Além de conduzirem à total libertação dos povos das colónias portuguesas do jugo estrangeiro, esses sucessos estiveram na origem do célebre movimento dos Capitães que levou ao 25 de Abril e à instauração da democracia em Portugal. Há assim uma acção recíproca entre a nossa justa luta contra o colonialismo e a justa luta do povo português contra o fascismo. As consequências dos sacrifícios que consentimos estão à vista, tanto para uns como para outros.

O nosso povo, na Guiné e Cabo Verde, sob a direcção do PAIGC, está em vias de construir uma sociedade nova, livre da exploração do homem pelo homem. Durante a luta armada de libertação nacional, que durou 11 anos, fortaleceu-se o amor do nosso povo à liberdade, à paz e ao progresso.

O colonialismo português deixou-nos uma pesada herança: o atraso económico, o desemprego, o analfabetismo e a miséria. Mas sob a direcção do nosso Partido, o nosso povo lança-se com entusiasmo para diante, para novas e decisivas vitórias na fase da reconstrução nacional que agora vivemos. Profundas transformações já se operaram no nosso país, na Guiné e em Cabo Verde, desde a conquista total do poder político e da nossa total independência nacional. É assim que: procedemos à nacionalização da terra; decretámos uma lei de arrendamento rural que abre novas perspectivas aos parceiros, rendeiros e pequenos proprietários; abolimos a grande propriedade levando os trabalhadores a ocupar as terras dos proprietários absentistas; criámos cooperativas no intuito de liquidar o desemprego e proteger os trabalhadores da especulação e açambarcamento dos comerciantes mais gananciosos; criámos a nossa própria moeda, símbolo da nossa força e da nossa soberania; estamos a criar as condições para organizar a planificação da nossa economia; reduzimos o leque salarial e abolimos os privilégios que vinham da época colonial. Por outro lado, estamos a desenvolver uma grande acção política e social, a organizar a protecção da criança através da criação de jardins de infância, a levar a cabo a reeducação da juventude abandonada, a protecção aos órfãos e mutilados da guerra, para a sua reintegração na sociedade, realizar uma campanha de alfabetização do nosso povo, etc. etc.. Na consecução destas tarefas é decisivo o papel do nosso Partido, força, luz e guia do nosso povo, dirigente da nossa sociedade.

Mas o nosso Partido conta com o apoio das nossas organizações de massas – os Sindicatos, a Juventude Africana Amílcar Cabral e a Organização das Mulheres. Pouco a pouco, mas de força segura, constrói-se e consolida-se na prática a unidade do nosso povo da Guiné e Cabo Verde. No próximo ano realizaremos o III Congresso do nosso Partido que contribuirá para novas e decisivas vitórias na construção da paz, da felicidade e do progresso do nosso povo.

Caros Camaradas:

No nosso Partido, seguimos o princípio de contar sempre primeiro com as nossas próprias forças, mas conhecemos e apreciamos altamente a importância da solidariedade internacional.

Por isso combateremos ao lado do povo de Angola e de Moçambique, do MPLA e da FRELIMO, para garantir a sua integridade territorial. Por isso somos profundamente solidários com a luta pela emancipação dos povos e em particular com a luta dos nossos irmãos africanos do Zimbabwé, da Namíbia e da África do Sul. Por isso nos solidarizamos com a luta do povo de Timor-Leste, que sob a direcção da Fretilin, luta heroicamente pela sua liberdade, contra a criminosa agressão indonésia.

Por isso nos solidarizamos com a luta do povo palestiniano e dos povos árabes, contra o sionismo, com a luta dos povos contra o fascismo, o colonialismo e o imperialismo.

Estamos certos de que, consolidando a nossa independência nacional, desenvolvendo a nossa economia, tornando-nos os únicos senhores das nossas próprias riquezas, rumo a uma sociedade progressista que defenda os interesses das massas populares e crie as condições para uma vida de felicidade e de paz para o nosso povo na Guiné e Cabo Verde, contribuímos para apressar a libertação do homem de qualquer jugo e para uma humanidade melhor e mais próspera.

Caros Camaradas:

Para acabar queremos reafirmar uma vez mais a solidariedade militante e combativa na frente da luta anticolonialista e anti-imperialista, do PAIGC para com o PCP, vanguarda da classe operária e dos trabalhadores, força motora da democracia e do socialismo em Portugal!

VIVA A AMIZADE ENTRE O POVO DA GUINÉ E CABO VERDE E O POVO PORTUGUÊS!
VIVA A SOLIDARIEDADE MILITANTE ENTRE O PAIGC E O PCP!
VIVA O VIII CONGRESSO!
VIVA O PCP!

Partido Comunista Brasileiro

Queridos camaradas.

Em nome do Comité Central do Partido Comunista Brasileiro e de todos os seus membros, envio-vos as mais fraternais e calorosas saudações pela realização de vosso VIII Congresso. Asseguro-vos, queridos camaradas, que estas saudações traduzem também os sentimentos da classe operária e das demais forças progressistas do Brasil.

A revolução portuguesa, da qual o vosso Partido é reconhecidamente o mais destacado protagonista, é uma das expressões mais altas e, ao mesmo tampo, um dos artífices da nova situação mundial. Contribui e continua contribuindo, directa ou indirectamente, para o avanço do processo democrático e revolucionário e para a distensão internacional. Produto da luta do vosso povo e da crescente força moral do sistema socialista, que tem à sua frente a gloriosa União Soviética, a vossa revolução promoveu sobretudo um novo passo adiante na luta de libertação nacional dos povos africanos, ao contribuir, decisivamente, para a liquidação do antigo império colonial português.

O vosso Congresso reveste-se por isso de excepcional importância, ultrapassa os limites do interesse da luta em vosso país. Ao fazer o balanço dos últimos anos do pensamento e da acção dos comunistas portugueses e ao avaliar a experiência da vossa revolução antes e depois do 25 de Abril, ele certamente dará uma contribuição valiosa a todos os povos que, como o brasileiro, ainda lutam, nos dias de hoje, contra o fascismo em seus países.

Os comunistas brasileiros, que sempre fomos solidários com o povo português na sua luta de quase meio século contra a tirania fascista, sentimo-nos, hoje, mais do que nunca, ligados pelos laços fraternais do internacionalismo proletário ao vosso glorioso Partido. Recebemos o 25 de Abril como uma vitória também nossa, como uma contribuição valiosa à dura luta em que estamos empenhados contra a ditadura militar fascista que há mais de 12 anos oprime o nosso povo. Testemunhámos, nestes 30 meses decorridos, o incansável empenho do vosso Partido em incrementar a solidariedade dos portugueses a todos os povos que lutam pela paz, contra o racismo e pela libertação nacional e social.

Fazemos votos, queridos camaradas, para o êxito dos trabalhos do vosso Congresso, que certamente se constituirá numa importante contribuição ao combate que travam os comunistas portugueses para desbaratar os planos da contra-revolução e fazer avançar o processo democrático e revolucionário no vosso país.

VIVA O VIII CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS!
VIVA A AMIZADE INDESTRUTÍVEL ENTRE OS POVOS PORTUGUÊS E BRASILEIRO!
VIVA O INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO!

Fonseca Veloso – MLSTP

Camaradas delegados.

Ilustres convidados,

Em nome do Bureau Político do MLSTP e em nome do povo da República Democrática de S. Tomé e Príncipe, apresento ao VIII Congresso do Partido Comunista Português e, através dos seus delegados, às massas trabalhadoras portuguesas, as nossas saudações calorosas e fraternais.

Cabe-me também a honra de, em nome do Secretário-Geral do MLSTP, camarada Manuel Pinto da Costa saudar revolucionariamente o camarada Álvaro Cunhal, figura política sobejamente conhecida, na luta antifascista, anticolonialista e anti-imperialista, não só no campo nacional, como no internacional.

O PCP mesmo ainda na clandestinidade sempre apoiou a justa luta dos Movimentos de Libertação desenvolvida pelo PAIGC, na Guiné e Cabo Verde, pelo MPLA, em Angola, pela FRELIMO, em Moçambique e pelo MLSTP em S. Tomé e Príncipe, solidarizando-se com a mesma luta, mesmo nas suas fases mais difíceis.

É de salientar o papel que o PCP tem desenvolvido junto do povo português, particularmente junto da classe operária e camponesa.

O PCP tem desenvolvido intransigentemente os interesses do povo português tanto pela edificação de uma sociedade verdadeiramente justa, pela independência económica, pelas conquistas revolucionárias alcançadas com o derrube do odioso regime colonial fascista, como pela liberdade de expressão, as nacionalizações, a Reforma Agrária, o controlo operário, em resumo, na consolidação de democracia rumo ao socialismo.

O MLSTP, vanguarda revolucionária do povo de S.. Tomé e Príncipe, que lutou pela conquista da independência nacional e consequente derrubamento do regime colonial tem estado a transformar de uma maneira progressiva as estruturas herdadas daquele regime.

Assim, a nacionalização dos principais meios de produção, a criação da Assembleia Popular, a gratituidade do ensino, a socialização da medicina, a criação das estruturas do MLSTP, nas vilas e localidades da República Democrática de S. Tomé e Príncipe, a institucionalização das organizações populares, são factores que condicionam a consolidação de uma democracia verdadeiramente popular e garantem o desenvolvimento económico, o progresso cultural e o bem estar do povo de S. Tomé e Príncipe.

Camaradas,

Como se pode verificar a luta do PCP e a luta do MLSTP tem muitos pontos comuns.

No passado, ambas as organizações políticas lutaram para a destruição do fascismo e colonialismo, e hoje lutam pela edificação de uma sociedade justa onde não haja lugar à exploração do homem pelo homem, contra o imperialismo, pela paz, cooperação e solidariedade internacional.

Por isso o MLSTP pretende que os excelentes laços de amizade que ligam os povos dos novos países se estreitem cada vez mais e que essa cooperação seja frutuosa, dentro do espírito de igualdade, respeito mútuo, reciprocidade de interesses e não ingerência.

No plano internacional, o MLSTP sempre definiu a sua posição.

Permitam-me afirmar aqui, camaradas, mais uma vez, que pertencemos ao grupo dos países não alinhados, pretendemos a colaboração franca com todos os povos oprimidos e humilhados que lutam pela sua soberania nacional e condenamos veementemente alguns regimes ditatoriais ainda existentes e as atrocidades praticadas contra os respectivos povos.

Para terminar, é com profundo sentimento de alegria que o MLSTP deseja que os trabalhos do VIII Congresso do PCP tenham um grande êxito e que os camaradas consigam alcançar o objectivo que pretendem.

VIVA A AMIZADE ENTRE O PCP E O MLSTP!
VIVA A AMIZADE ENTRE O POVO PORTUGUÊS E O POVO DE S. TOMÉ!
VIVA O VIII CONGRESSO DO PCP!
A LUTA CONTINUA!

Giancarlo Pajeta – Partido Comunista Italiano

Queridos camaradas, queridos camaradas,

A saudação calorosa e fraternal que vos enviam os comunistas italianos é a saudação de combatentes antifascistas que na longa resistência clandestina e na guerra de libertação forjaram um partido que, na base de uma política unitária, quis e quer ser a vanguarda de um profundo processo de transformações democráticas que conduz o país rumo ao socialismo.

Por isso vivemos e seguimos a vossa história heróica, os vossos tormentos, os vossos êxitos, saudamos as vitórias da revolução portuguesa.

Quando quisemos definir e percorrer uma nova via para o socialismo, nunca esquecemos, não só o necessário conhecimento e o estudo das experiências que em formas diversas e originais se realizam, mas sublinhamos sempre que também para nós as transformações sociais, a recusa de soluções autoritárias (que nos foram impostas no passado) e o desenvolvimento pacífico, são possíveis graças ao novo equilíbrio internacional e ao quadro oferecido pela grande viragem da Revolução de Outubro, pelo êxito das experiências socialistas em curso e pelos resultados de grandes movimentos de libertação.

Não foi criado, nem usado por nós, o termo jornalístico de **eurocomunismo**, para definir uma política, que no entanto tem em conta analogias políticas e sociais e tradições históricas de muitos países europeus e problemas que podem exigir uma reflexão e uma elaboração comuns. Nós, todavia, não aceitamos e não propomos modelos que possam de qualquer modo vir do exterior, conscientes como somos que talvez mais do que em outros lados, precisamente na Europa Ocidental se trata de países que têm estruturas nacionais, acontecimentos históricos, precedentes institucionais bastante específicos em cada um dos países.

Pensamos que, depois de conquistada uma Constituição democrática, a sua defesa e a sua completa aplicação e concretização pressupõem e preparam as profundas transformações que podem permitir alcançar e viver o socialismo como forma plena da democracia.

Somos defensores também das liberdades formais, às quais podem dar um novo conteúdo real a participação dos cidadãos e a presença de um movimento operário organizado, elemento indispensável de qualquer progresso. As liberdades de organização, de expressão, de organização sindical, o pluralismo, um sistema eleitoral baseado no voto secreto, directo, proporcional, são hoje conquistas às quais não podemos renunciar. A existência de um partido comunista de massas parece-nos decisiva pela vitalidade do processo democrático, estímulo e garantia também para as outras forças políticas democráticas.

O Partido Comunista Italiano tem hoje mais de 1 800 000 membros, atinge os dois milhões com a juventude comunista. Se ele julga indispensável a sua participação na direcção política do país, para resolver os grandes problemas colocados pela profunda crise que atinge a Itália, fá-lo porque pensa poder dar uma contribuição decisiva ao que tem que ser o objectivo comum das forças políticas democráticas e das massas populares.

Trata-se de sair da crise realizando um modelo de sociedade e um modo de governar novos, em relação àqueles que provocaram a crise. É através de duras lutas que realizámos a reconquistada unidade do movimento operário e sindical, depois de cisões que foram pagas a alto preço. É em nome de uma proposta de unidade, que já viu melhorar as nossas relações com os camaradas socialistas, e acordos com as forças intermédias, que pressionamos a democracia cristã e as suas resistências conservadoras.

Em 1946 tivemos pouco mais de 4 milhões de votos, em 1976 tivemos 12 620 000.

Seis regiões têm hoje governos em que colaboram comunistas e socialistas. Em outras quatro regiões o presidente da assembleia regional é um comunista, na base de amplos entendimentos programáticos e de acordos sobre o controlo da actuação do Executivo.

Roma tem um presidente da Câmara comunista, assim como Turim, Nápoles, assim como Florença e Bolonha. A maioria das cidades capitais de província tem administrações de comunistas e socialistas, em muitos casos unidos a republicanos e sociais-democratas.

Em todo o lado, actuamos para que uma efectiva vida democrática, uma programação e a intervenção pública se realizem não só através dos organismos que a Constituição de 1946 estabeleceu, mas também através de novas formas cada vez mais próximas dos cidadãos. Os conselhos de escola e de distrito escolar; os comités de bairro; as unidades locais para a assistência e a saúde pública; os conselhos de fábrica são em formas diversas conquistas e garantia da presença democrática.

Enfrentamos assim de uma posição de força, depois de uma longa trabalhosa experiência, a actual situação difícil.

A crise dos grupos de extrema-esquerda, as divisões que se manifestam na extrema-direita, dizem que uma solução unitária e democrática é possível. Em face de uma crise profunda, que demonstra quanto é válida a nossa análise, nós comunistas pensamos ser indispensáveis, não pensamos poder estar sós.

Por isso, ao pôr hoje o problema de uma saída política e do amadurecimento de um processo que deve ver-nos assumir no nosso país novas responsabilidades, olhamos com extremo interesse e atenção a experiência portuguesa e a vossa perspectiva de um movimento democrático e unitário para a salvaguarda e o desenvolvimento das conquistas da revolução portuguesa, à qual expressamos a sincera solidariedade e o voto dos comunistas italianos.

Viva o Partido Comunista Português!
Viva e fortaleça-se a solidariedade activa entre os comunistas italianos e portugueses!

António Perez Herrero – Partido Comunista de Cuba

Camarada Álvaro Cunhal
Camaradas delegados
Camaradas convidados,

Em nome do Partido Comunista de Cuba e dos trabalhadores cubanos, a nossa delegação deseja transmitir uma calorosa e fraternal saudação ao VIII Congresso do Partido Comunista Português irmão e por seu intermédio a todos os trabalhadores portugueses.

Desejamos, também, expressar o nosso reconhecimento pelo convite que nos permite participar nos trabalhos deste Congresso e recolher todas as lições que se retiram do trabalho do vosso experimentado Partido.

As nossas relações intensificam-se e estreitam-se consequentemente sobre a base das ideias imortais do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário. Em três ocasiões recebemos em Cuba, com especial satisfação a representação do Partido Comunista Português, presidida pelo seu Secretário-Geral, o querido camarada Álvaro Cunhal; a última delas pela ocasião da realização do nosso Primeiro Congresso, no qual se ouviu a mensagem do Comité Central do Partido Comunista Português em que se expressava a certeza de que "os laços fraternais que há muito tempo unem os nossos Partidos, se reforçarão cada vez mais; e de que se ampliarão os laços de solidariedade e fraternidade entre o Povo cubano e o Povo português". A presença da nossa delegação neste importante acontecimento confirma o desejo de continuar a ampliar os vínculos existentes.

Os militantes do combativo, abnegado e heróico Partido Comunista Português são portadores das melhores tradições patrióticas e revolucionárias do seu povo. Ontem constituíam a sua combativa vanguarda durante a difícil e longa etapa de resistência ao fascismo escravizante, hoje encontram-se nas primeira filas da luta antimonopolista, pelos direitos democráticos, pela liberdade e pelo progresso social.

Constitui uma virtude extraordinária e indiscutível dos comunistas portugueses a sua firme e justa aplicação dos princípios do internacionalismo proletário. Mantiveram-se fiéis, sob o terror reaccionário e as mais cruéis perseguições e torturas, ao critério marxista de que não pode ser verdadeiramente livre o povo que oprime outros povos.

O Partido dos comunistas portugueses foi a primeira força política e durante muito tempo a única que, desafiando a histeria chauvinista fomentada pelo fascismo, se pronunciou resolutamente contra o colonialismo e levantou bem alto a bandeira dos povos que o velho Portugal subjugava.

Ao realizar-se o 25 de Abril de 1974 a mudança histórica que deixou para trás o fascismo e abriu as portas do desenvolvimento democrático, o Partido Comunista Português, consciente de que a guerra colonial era um factor fundamental da bancarrota económica e política do País, no seu VII Congresso aprovou a sua conhecida "Plataforma de Emergência", entre cujos pontos essenciais se destaca a exigência de renúncia por parte de Portugal a toda a política de neocolonialismo e paternalismo. A Plataforma aponta para o respeito absoluto pelo direito que têm os novos Estados africanos surgidos da queda do regime colonial português a decidirem eles próprios o seu regime político e social e para o desenvolvimento com eles de relações de amizade, igualdade, não ingerência nos seus assuntos internos e de cooperação económica e cultural, em benefício, tanto desses povos — oprimidos e explorados durante séculos — como do próprio Povo Português.

Os comunistas portugueses sempre compreenderam a identidade essencial entre o seu combate de classe e o movimento de libertação nacional dos povos de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe.

As mesmas forças do imperialismo e da reacção que sustinham o colonialismo e levaram aos povos das colónias uma terrível herança de miséria e atraso, são as mesmas que mantiveram Portugal com uma agricultura semifeudal, atrasada, e um pequeno desenvolvimento industrial.

Não é de estranhar por isso que os elementos afastados do poder nas ex-colónias e na ex-metrópole, apoiando-se nos círculos mais agressivos da NATO, pretendam paralisar simultaneamente o avanço revolucionário em África e impedir completamente a aplicação da Constituição progressista em Portugal. São os mesmos que, sob as ordens da CIA, colocam obstáculos nas relações entre Portugal e os povos libertos do jugo colonial-fascista, e têm tentado deteriorar as relações com Cuba Revolucionária, chegando ao ponto dos criminosos atentados contra a nossa Embaixada, apesar da viva repulsa da opinião pública portuguesa; são os mesmos — do mesmo bando de malfeitores — que recentemente horrorizaram a consciência de toda a humanidade com o roubo de um avião civil cubano em pleno voo, assassinando os seus 73 passageiros e tripulantes.

Essas forças, em que se entrelaçam os monopólios capitalistas, a escória fascista e contra-revolucionária, a imprensa reaccionária e os agentes do imperialismo, esforçam-se pela absurda ideia de que na Europa Ocidental não penetre a luz da Grande Revolução de Outubro, de que os povos não iniciem os seus passos, sempre difíceis e complexos mas inevitáveis, no caminho da transição do capitalismo para o socialismo. São também os inimigos do desanuviamento, do desarmamento, da paz e da segurança dos povos; são os que advogam o regresso à época da "Guerra Fria" e pugnam por continuar e acelerar a corrida ao armamento.

É significativo que os que agora sonham com o impossível, que seria fazer marchar atrás a roda da História e aniquilar os movimentos de libertação nacional e populares como os africanos, são os mesmos que queriam em Portugal a velha ordem, o regresso ao despotismo fascista.

Queridos camaradas:

O Partido Comunista Português chega à realização do seu VIII Congresso num momento de enorme importância para a luta revolucionária mundial, no seio de uma situação que se caracteriza, precisamente pela ostensiva e determinante mudança na correlação de forças a favor do socialismo, da libertação nacional, o progresso social e a paz e contra o imperialismo, o colonialismo, o neocolonialismo e a reacção que se vêem obrigados a recuar cada vez mais.

O socialismo avança de uma forma irreversível; o capitalismo debate-se numa profunda crise geral sem hipótese de salvação.

Em conformidade com a presente situação representa um papel de primeira ordem a firmeza de princípios e a correcta política para a paz e independência dos povos, seguida na União Soviética e o seu glorioso Partido Comunista, o Partido de Lenine, e pelos demais Estados da poderosa comunidade socialista.

No continente americano, às portas da cidadela do imperialismo norte-americano, ergue-se a Cuba Socialista como testemunho vivo, e em desenvolvimento, da nova realidade mundial.

A ditadura fascista no Chile e o ascenso da reacção em alguns pontos do continente, expressam no seu conjunto, o desespero e a real impotência do imperialismo.

O Povo chileno — como salientou o camarada Fidel — derrubará o fascismo. Para isso contribui a crescente solidariedade internacional que hoje reclama a libertação de Luís Corvallán, símbolo dos revolucionários e comunistas que na América Latina lutam e morrem pela democracia, pela liberdade e pelo progresso dos seus povos.

Em Angola as forças da reacção e do racismo que se coligaram para impedir a vitória do MPLA e afogar em sangue a independência angolana, fracassaram estrondosamente. Não puderam, o imperialismo e os seus aliados racistas da África do Sul, atingir os seus objectivos face à vontade combativa, ao ardente patriotismo angolano e à solidariedade internacionalista e combatente que se sentiu. Nada nem ninguém poderá impedir a liberdade do Zimbabwé, Namíbia e do povo da África do Sul; as manobras que o imperialismo realiza para o impedir estão condenadas ao fracasso.

Camaradas,

Cumprindo o estabelecido no Primeiro Congresso do nosso Partido, no passado mês de Outubro foram constituídas as Assembleias Municipais dos Órgãos de Poder Popular. Os candidatos que participaram nessas eleições foram escolhidos pelo processo mais democrático e popular que o nosso povo conheceu. Em assembleias de moradores, por pequenas áreas, de maneira a que número total de participantes permitisse que todos os que quisessem pudessem dar abertamente a sua opinião, propor ou opor-se, as massas escolheram livremente os homens e mulheres que seriam incluídos nos boletins eleitorais, e foram assim escolhidos quase 30 000 candidatos. Nestas assembleias participaram 77 por cento dos eleitores. Muito maior foi a participação do povo no próprio dia das eleições municipais em que votaram 95,2 por cento do eleitorado.

Para serem eleitos, foi requisito indispensável que os candidatos obtivessem mais de 50 por cento dos votos dos eleitores inscritos em cada círculo eleitoral.

Também foram eleitos os delegados do Poder Popular a nível de Província e deputados para a Assembleia Nacional.

Foram as eleições mais democráticas e limpas de que há memória no nosso País e em todo o continente americano. Em 7 de Novembro, coincidindo com o 59.º Aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro, constituíram-se as Assembleias Provinciais do Poder Popular e no próximo dia 2 de Novembro, como digna homenagem ao XX Aniversário do desembarque de "Gramma", constituir-se-á a Assembleia Nacional e com isto terminará no fundamental o processo de institucionalização do nosso Estado revolucionário.

O Primeiro Congresso do Partido Comunista de Cuba, aprovou a política externa do nosso Partido, da qual um dos pilares é a estrita aliança com a União Soviética, com os países da comunidade socialista e o movimento operário e comunista internacional e como o movimento de Libertação Nacional, por cuja coesão e unidade sempre trabalhámos e continuaremos trabalhar. O Congresso sublinhou que a vitória do socialismo em Cuba não é o resultado exclusivo do heroísmo do Povo cubano, mas é também o produto da luta de todos os que, anteriormente, caminharam na senda do socialismo; foi possível, além disso, pela activa solidariedade internacional que Cuba sempre recebeu.

Camaradas do Partido Comunista Português:

Do outro lado do Atlântico e frente ao imperialismo mais agressivo da História têm vocês um Partido irmão, juntamente com um povo temperado por largos anos de combate que tem a mais absoluta certeza na vitória definitiva do socialismo em todos os países do mundo. Em nome desse Partido e desse Povo, em nome do nosso Primeiro-Secretário, camarada Fidel Castro, expressamos-lhes os nossos votos pela grandiosa realização deste vosso VIII Congresso.

VIVA A AMIZADE ENTRE OS NOSSOS PARTIDOS!
VIVA A CLASSE OPERÁRIA PORTUGUESA E A SUA VANGUARDA REVOLUCIONÁRIA: O PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS!
VIVA O INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO
O FUTURO PERTENCE POR INTEIRO AO SOCIALISMO

Vasil Bilak – Partido Comunista da Checoslováquia

Queridos camaradas,

Permitam-me expressar a minha grande e sincera alegria por participar no VIII Congresso do vosso Partido e de poder transmitir aos camaradas delegados e, por vosso intermédio, a todos os militantes do Partido Comunista Português, as fraternais saudações do Comité Central do Partido Comunista da Checoslováquia, e nomeadamente do secretário-geral, camarada Gustav Husak, dos comunistas checoslovacos e de todo o povo trabalhador.

O povo checoslovaco sente um profundo respeito e admiração pelos comunistas portugueses. A história do vosso Partido está escrita com sangue, com sofrimento enorme e com a perseguição dos melhores filhos e filhas do Povo português, pelo seu imenso heroísmo na luta pela justiça e por uma vida feliz para todo o vosso Povo. No nosso país, na Checoslováquia, é altamente apreciada a grande obra do secretário-geral do vosso Partido, camarada Álvaro Cunhal, a sua obra como revolucionário experimentado e internacionalista firme, a favor da causa do progresso em Portugal e no Mundo.

Contra a revolução portuguesa, contra os comunistas, uniram-se as forças reaccionárias do mundo inteiro desencadeando uma campanha feroz não contra os restos do fascismo ou contra os elementos que o apoiaram por muitos anos, mas contra os comunistas. As forças reaccionárias aguardam a oportunidade para poderem combater o desenvolvimento progressista e destruir as conquistas da classe trabalhadora, utilizando a violência e o terror aberto contra as forças progressistas de Portugal, O Partido Comunista Português mais uma vez demonstrou perante o mundo a sua valentia, firmeza e pureza ideológica. Foi devido à sua fidelidade aos princípios do marxismo-leninismo e internacionalismo proletário que o PCP ganhou a confiança das massas. Os trabalhadores portugueses dão-se conta cada vez mais de que eram os comunistas que tinham às costas o peso da luta contra o fascismo e que hoje são eles mesmos os defensores mais decididos das conquistas da revolução.

Nesta ocasião permitam-me assegurar-lhes, queridos camaradas, que, tal como no passado, podem contar também hoje com o pleno apoio dos comunistas e de todo o nosso Povo na vossa justa luta. A República Socialista da Checoslováquia está interessada na colaboração ampla com todas as forças progressistas de Portugal, em benefício da paz, do progresso social e a favor do desenvolvimento da amizade entre os povos dos nossos dois países.

Camaradas,

O povo trabalhador da Checoslováquia sob a direcção do seu Partido Comunista está construindo a sociedade socialista desenvolvida. O XV Congresso do nossoi Partido, que teve lugár este ano, constatou que a nossa Pátria conseguiu o último período êxitos que são dos mais relevantes de toda a história da construção do socialismo no nosso País.

A Checoslováquia já na época da república burguesa pertencia aos países mais avançados. Foi o socialismo porém, que libertou e desenvolveu as gigantescas forças criadoras do nosso povo e transformou profundamente a sua vida. O nosso povo não conhece o desemprego, a fome, a miséria nem a inflação e a incerteza social. O nível de produção do nosso país aumentou quase dez vezes em comparação com a época antes da guerra. A Eslováquia, por exemplo, antigamente a parte mais atrasada da república burguesa, com a sua emigração em massa tão típica naquela época, está produzindo hoje duas vezes mais do que toda a indústria da antiga Checoslováquia capitalista. Igual e grandioso progresso foi conseguido na agricultura, na cultura, educação, saúde e em todos os campos da vida social.

Os trabalhadores de todo o nosso país estão firmemente decididos a cumprir as ambiciosas tarefas aprovadas pelo XV Congresso do nosso Partido. A política do partido exprime os interesses e as necessidades do povo e goza, portanto, da sua plena confiança e do seu apoio. Olhamos para o futuro com optimismo fundamentado, com firmeza e confiança.

Todas as experiências do nosso Partido têm confirmado que a garantia de desenvolvimento da sociedade consiste na aplicação consequente dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, na consolidação da unidade e da força dos países socialistas, na fraternidade firme e na colaboração com a União Soviética e na solidariedade internacional dos partidos comunistas irmãos.

Camaradas,

Permitam-me no final do meu discurso expressar o desejo de que o VIII Congresso do PCP se torne num novo e potente impulso para a luta dos comunistas e de todo o povo trabalhador em benefício do desenvolvimento progressista e democrático de Portugal, em benefício do seu futuro feliz.

Viva o Partido Comunista Português!

Viva a amizade entre o Povo checoslovaco e o Povo português!

Nemes Dezso – Partido Socialista Operário Húngaro

Estimados camaradas, queridos irmãos portugueses:

A nossa delegação cumpre com enorme satisfação a sua missão de vos transmitir as calorosas saudações fraternais do Partido Operário Socialista Húngaro e de vos exprimir a completa solidariedade dos comunistas húngaros com a luta inquebrantável que está a levar a cabo o Vosso Partido pela conservação das conquistas do povo e por um futuro melhor do vosso país.

Estamos conscientes de que o Partido Comunista Português tem organizado a luta dos oprimidos contra a exploração e pela liberdade, exposto ao terror cruel de quarenta e cinco anos, desencadeado pela ditadura fascista. O nosso partido tinha lutado igualmente durante um quarto de século antes da Libertação em condições gravíssimas, criadas pelo regime fascista; e sabemos por experiência própria como difícil era o combate dos nossos irmãos portugueses. O facto de os comunistas estarem na vanguarda e cumprirem um papel heróico na evolução da resistência antifascista das forças populares será uma glória eterna para as forças revolucionárias de Portugal. Graças ao apoio da resistência popular antifascista foi possível a gesta histórica das forças revolucionárias das Forças Armadas que destruiram o poder coercitivo do regime fascista e desempenharam tamanho papel na viragem política.

O nosso partido e o nosso povo acompanharam com profunda simpatia no período posterior à queda do fascismo a luta ascendente do vosso Partido, a sua actuação em prol da colaboração das forças democráticas e socialistas, assim como das Forças Armadas dentro dum movimento capaz de criar um novo país; contra o poderio do grande capital e dos latifúndios; pelo controlo operário, pela consolidação das nacionalizações, pela reforma agrária e para garantir o desenvolvimento livre e independente do país.

Os povos do mundo estão conscientes de que a queda do fascismo português implicava ao mesmo tempo a queda do império colonial de Portugal; a luta actual das forças democráticas e socialistas de Portugal que visa a liquidação do poderio dos monopólios capitalistas, contribui grandemente para o combate heróico que levam a cabo tanto o povo espanhol pelas possibilidades dum desenvolvimento democrático como os demais povos de países capitalistas que lutam por substituírem a ditadura dos monopólios pela ascensão das forças democráticas ao poder. A vossa luta é uma enorme contribuição para a actuação das forças defensoras da distensão, as quais se pronunciam tanto aqui, na Europa, como no mundo inteiro pelas garantias duma paz institucionalizada e pela liquidação das ameaças da guerra.

A luta do nosso partido e do nosso povo tão-pouco era fácil, mas conseguimos edificar em lugar do país de banqueiros, condes e grandes industriais um país próprio do povo, o qual, tendo elegido a via socialista, vai avançando e obteve conquistas históricas. O nosso país conseguiu grandes sucessos na edificação da vida económica, na evolução da cultura, no significativo crescimento do nível de vida e no desenvolvimento socialista da nação mercê da comunidade com a União Soviética e com outros países amigos, ao desenvolvimento multifacético da nossa colaboração.

Sabemos que a vossa luta actual é particularmente complexa e o seu êxito depende decisivamente da colaboração de comunistas, socialistas e outras forças democráticas cuja necessidade foi sublinhada com tanta ênfase pelo vosso Congresso e objectivo pelo qual com tanta insistência luta o vosso partido.

Em nome de todo o nosso partido e de todo o nosso povo desejamos de pleno coração que consigais novas vitórias junto ao amplo campo de partidários do poder popular democrático e que os objectivos fixados por este Congresso entusiasta se convertam em realidade o mais rapidamente possível.

Jozef Tejchma – Partido Operário Unificado Polaco

Tenho a grande honra de transmitir aos participantes do VIII Congresso do Partido Comunista Português os sinceros votos e fraternas saudações do Comité Central do Partido Operário Unificado Polaco, do seu Primeiro-Secretário, Camarada Edward Gierek, e de todo o nosso partido que conta com 2,5 milhões de comunistas.

O VIII Congresso do Partido Comunista Português é um grande acontecimento na vida do vosso Partido e do vosso país. Tomando em consideração as amplas e revolucionárias transformações que se deram em Portugal durante os últimos anos e das quais o vosso Congresso faz o balanço, ele constitui também um acontecimento de grande importância para todo o movimento comunista e operário internacional.

Ouvimos com grande interesse o discurso do Secretário-Geral, Camarada Álvaro Cunhal, e tomámos conhecimento das teses para o Congresso. Estamos impressionados pela profunda análise marxista-leninista da situação na qual o partido determina as suas tarefas para o futuro.

Animados pelo espírito do internacionalismo proletário, solidarizamo-nos com a luta encaminhada pelo vosso Partido em conjunto com todas as forças democráticas e progressistas na defesa das conquistas da revolução portuguesa. A solidariedade internacional e o fortalecimento da união do movimento comunista são fonte da sua força como um todo e a principal premissa para o bom êxito na luta de cada um dos seus elos. Com grande respeito referimo-nos à declaração do camarada Álvaro Cunhal durante a Conferência dos Partidos Comunistas e Operários da Europa em Berlim, que a vossa resposta às tentativas de chantagem por parte das forças reaccionárias é a posição política «da amizade e solidariedade com a União Soviética e os outros países socialistas, com os partidos-irmãos e os movimentos de libertação nacional».

O contínuo progresso dos países socialistas em todos os domínios da vida constitui a firme e verdadeira confirmação de que somente o caminho do socialismo pode resolver todos os problemas dos nossos tempos em favor das massas trabalhadoras. Esta convicção fortalece os operários e todas as forças progressistas dos países capitalistas na sua luta contra os monopólios, pela justiça social, pelo progresso e soberania nacional.

Caros Camaradas,

O Partido Operário Unificado Polaco de acordo com as decisões do seu VII Congresso continua na Polónia a construção da sociedade socialista. A estratégia do nosso partido consiste na subordinação de todos os projectos económicos e políticos a um fim principal, que é o contínuo aumento do nível de vida da nossa sociedade obtido pelo aumento da qualidade de trabalho.

No quinquénio passado acelerámos o desenvolvimento da nossa economia, criámos melhores condições para o desenvolvimento da cultura nacional, da ciência e do ensino, tomámos em consideração e estamos resolvendo muitos e vários problemas sociais. O desenvolvimento da economia e o melhoramento das condições de vida da sociedade são acompanhados pelo aperfeiçoamento da democracia socialista. O desenvolvimento da economia e o melhoramento das condições de vida da sociedade são acompanhados pelo aperfeiçoamento da democracia socialista.

Estimados camaradas,

O dinâmico desenvolvimento da construção do socialismo na Polónia, os interesses da classe operária, das massas populares e das nações no mundo inteiro são unidos com a luta pelo desanuviamento, a segurança e paz, pelo desenvolvimento da cooperação mutuamente proveitosa entre os países dos diferentes regimes sociais. O mesmo objectivo teve a Conferência dos Partidos Comunistas e Operários da Europa, ao qual os nossos partidos deram um grande contributo.

A República Popular da Polónia atribui muita importância ao desenvolvimento da amistosa cooperação com a República Portuguesa.

Estamos contentes com os resultados já alcançados. Desejamos desenvolver mais esta colaboração para o mútuo interesse dos nossos estados e povos. O povo polaco tem grande simpatia pelo Portugal novo.

O Partido Operário Unificado Polaco e o Partido Comunista Português estão unidos pelo mesmo objectivo – o socialismo.

– VIVA O VIII CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS, O VOSSO GRANDE E REVOLUCIONÁRIO PARTIDO!

– VIVA A FRATERNA COOPERAÇÃO ENTRE O PARTIDO OPERÁRIO UNIFICADO POLACO E O GLORIOSO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS!

– VIVA A PAZ E O SOCIALISMO!

Permitam-me entregar em nome do Comité Central do Partido Operário Unificado Polaco um modesto presente ao vosso Congresso.

Este monumento em miniatura representa o «Nika Varsoviana» símbolo de vitória na luta contra o nazi-fascismo, pela liberdade e independência da Polónia Popular.

Nguyen Hin Khien – Partido do Trabalho do Vietnam

Estimados Camaradas:

Nós a Delegação do Partido dos Trabalhadores do Vietnam, estamos extremamente felizes por podermos assistir ao VIII Congresso do Partido Comunista Português, a vanguarda provada da classe operária portuguesa. Dirigimos-vos a nossa saudação de solidariedade militante e as nossas mais calorosas felicitações.

Que a amizade fraternal e a solidariedade militante na base do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, entre o Partido dos Trabalhadores do Vietnam e o Partido Comunista Português, os Povos do Vietnam e de Portugal, possa consolidar-se e desenvolver-se cada dia mais fortemente!

Ao VIII Congresso do Partido Comunista Português, desejamos os maiores sucessos!

Permitimo-nos enviar solenemente ao vosso Congresso, a mensagem de felicitações do Comité Central do Partido dos Trabalhadores do Vietnam.

Estimados Camaradas:

Desde a sua fundação até hoje, o vosso Partido lutou com firmeza e coragem em condições das mais difíceis e mais duras, contra o jugo bárbaro da dominação fascista e o colonialismo português, contra o enfeudamento de Portugal ao imperialismo estrangeiro, pelo direito ao bem-estar, pela liberdade e pela democracia da classe operária e do povo trabalhador português, pela independência e pela soberania nacionais. Contribuindo grandemente para o derrube da administração fascista de Caetano, após os acontecimentos do 25 de Abril de 1974, conjuntamente com outras forças revolucionárias e progressistas, o vosso Partido lutou arduamente e quebrou as intrigas sinistras da reacção interna apoiada por forças reaccionárias do exterior, defendendo e consolidando assim as conquistas da revolução.

Com as vitórias alcançadas, o vosso Partido, reforçou a sua influência e tornou-se um factor importante da vida política portuguesa, criando assim as condições favoráveis para que a revolução portuguesa possa ir avante. E contribuindo também para a luta pela paz, pela independência nacional, pela democracia e o socialismo na Europa e no mundo.

Com profunda simpatia, os comunistas, a classe operária e o povo vietnamita seguem sempre de perto e apoiam energicamente a vossa justa luta. Regozijamo-nos vivamente, com as gloriosas vitórias que o vosso Partido e as forças democráticas progressistas portuguesas obtiveram, considerando-as como nossas, e estamos convencidos que o vosso VIII Congresso, será uma nova fonte de força, ajudando a classe operária e o povo português a avançar para vitórias cada vez maiores.

Estimados Camaradas:

Sob a direcção do Partido dos Trabalhadores do Vientnam fundado e forjado pelo Presidente Ho Chi Minh, depois de decénios de luta revolucionária, o povo vietnamita conseguiu a grande vitória, que é a libertação completa do sul do nosso país e a reunificação da nossa pátria, abrindo assim a nova era, a mais radiosa da história da nação vietnamita. Na marcha de todo o nosso país rumo ao socialismo, da nova etapa da revolução, pesadas tarefas caberão ao nosso Partido e ao nosso Povo, mas, com o nosso próprio esforço, com o apoio e ajuda calorosa das forças revolucionárias do mundo, edificaremos certamente com sucesso, um Vietnam pacífico, independente, unificado e socialista, e continuaremos a contribuir activamente para a causa revolucionária comum dos povos de todo o mundo.

O povo vietnamita compreende perfeitamente que cada vitória da revolução vietnamita está estreitamente ligada ao apoio poderoso dos países socialistas irmãos e amigos de todos os cinco continentes, nos quais incluímos o Partido Comunista e as forças democráticas e progressistas portuguesas.

Desta tribuna, em nome do Partido dos Trabalhadores do Vietnam, da classe operária e do povo vietnamita, exprimimos a nossa gratidão sincera e profunda, para com o Partido Comunista Português, para com a classe operária, para com as diferentes camadas da população, para com as organizações e personalidades progressistas de Portugal, por tão calorosa ajuda.